

**PREGÃO ELETRÔNICO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU  
EDITAL Nº 078/PMJ/2026**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Jaru  
Superintendência de Licitações e Contratos

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS, visando o FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 4.121.463,75 (quatro milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 29/06/2026 às 09h10min. (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço por Lote.

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
( ) Sim / (X) Não

**EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**  
( ) Sim / (X) Não

**EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**  
( ) Sim / (X) Não

**LOCAL DA DISPUTA**  
Site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**Compõe este Edital os seguintes Anexos:**

**ANEXO I** - Termo de Referência  
**Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar  
**ANEXO II** – Modelo de Proposta Comercial;  
**ANEXO III** – Ata de Registro de Preço;  
**ANEXO IV** – Termo de Compromisso;  
**ANEXO V** – Modelo de declaração para ME e EPP; e  
**ANEXO VI** - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;  
**ANEXO VII** – Minuta de Contrato.

## Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO .....	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6099/PMJ/2026  
MENOR PREÇO POR LOTE****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

<b>CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:</b>	Dia 11/06/2026, com início às 09h00min.
<b>FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	Às 08h59min, do dia 29/06/2026.
<b>ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:</b>	Dia 29/06/2026, com início às 09h00min.
<b>INÍCIO DO PREGÃO:</b>	Dia 29/06/2026, com início às 09h10min. (Horário de Brasília)

**1. DO OBJETO**

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando o **FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:**

<b>LOTE 1</b>					
1	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS) Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento. Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação. Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas. Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência (base solvente ou água, antiderrapante após seca). Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x 1,00m, perfeitamente nivelados. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.	16.049,00	M²	105,10	1.686.749,90
2	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)	4.012,00	M²	124,75	500.497,00

	<p>Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume. Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas descobertas.</p> <p>Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original.</p> <p>Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.</p>				
3	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b></p> <p>Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm. Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência.</p> <p>Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede.</p> <p>Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares.</p> <p>Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado.</p> <p>Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.</p>	10.827,00	METRO	77,67	840.933,09
<b>Valor Total: R\$ 3.028.179,99</b>					

**LOTE 2**

1	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS)</b></p> <p>Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento. Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação.</p> <p>Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas.</p> <p>Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência (base solvente ou água, antiderrapante após seca).</p> <p>Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x</p>	3.439,00	M²	112,97	388.503,83
---	--	----------	----	--------	------------

	1,00m, perfeitamente nivelados. Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.				
2	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)</b></p> <p>Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume. Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas descobertas.</p> <p>Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original.</p> <p>Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.</p>	860,00	M²	128,05	110.123,00
3	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b></p> <p>Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm. Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência.</p> <p>Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede.</p> <p>Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares.</p> <p>Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado.</p> <p>Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.</p>	2.321,00	METRO	52,50	121.852,50
<b>Valor Total: 620.479,33</b>					

<b>LOTE 3</b>					
1	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS)</b></p> <p>Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento. Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação.</p> <p>Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas.</p> <p>Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros</p>	2.292,00	M²	123,70	283.520,40

	com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência (base solvente ou água, antiderrapante após seca). Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x 1,00m, perfeitamente nivelados. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilândia e Jarú Uaru do município de Jarú/RO.				
2	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)</b> Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume. Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas descobertas. Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilândia e Jarú Uaru do município de Jarú/RO.	573,00	M²	140,13	80.294,49
3	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b> Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm. Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência. Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede. Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares. Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilândia e Jarú Uaru do município de Jarú/RO.	1.553,00	METRO	70,18	108.989,54
<b>Valor Total: 472.804,43</b>					

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3§, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

## **2.8. Não poderão disputar esta licitação:**

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou

após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **LOTE**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

### **6.1. DA CONTRATADA:**

6.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação pública, ou para a qualificação, na contratação administrativa direta;

6.1.2. Cumprir, caso obrigado por lei, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz;

6.1.3. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato administrativo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.4. Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato administrativo;

6.1.5. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratante poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

6.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato administrativo ou autoridade superior (inciso II do art. 137 da Lei nº. 14.133/2021);

6.1.7. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato administrativo, fornecendo os materiais, insumos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.1.8. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato administrativo os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto;

6.1.9. Reparar, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (ex: trincas excessivas, descolamento de rodapés ou falhas no polimento) dentro do prazo de garantia legal;

6.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.11. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

6.1.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato (parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

6.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato administrativo, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.14. Comunicar ao fiscal do contrato administrativo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

6.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

6.1.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato administrativo;



- 6.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 6.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);
- 6.1.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.1.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 6.1.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive materiais e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 6.1.26. Fornecer e exigir o uso de **EPs** (botas, luvas, máscaras contra pó, protetores auriculares) e instalar sinalização de segurança (**EPCs**) para isolar as áreas de obra, especialmente em unidades escolares com presença de alunos;
- 6.1.27. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento pelo Contratante;
- 6.1.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 6.1.29. Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados ao patrimônio público (paredes, portas, vidros) ou a terceiros durante a execução, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus colaboradores.
- 6.1.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, materiais e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.1.31. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do(a) Contratado(a);
- 6.1.32. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 6.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 6.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 6.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 6.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 6.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o(a) Contratado(a) relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



6.1.38. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

6.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

6.1.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme e quando for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

6.1.41. Cumprir fielmente o cronograma execução aprovado, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência que possa atrasar a entrega das escolas de Jaru e distritos.

**6.1.42. Responsabilizar-se pela regularização fina e nivelamento definitivo da base após a remoção dos revestimentos cerâmicos pela Contratante; caberá à Contratada a aplicação de massa de regularização ou lastro necessário para corrigir eventuais imperfeições, depressões ou aclives remanescentes, garantindo que a superfície esteja perfeitamente plana e técnica para a execução do granilite, sem ônus adicional à Administração;**

6.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, mesmo que estes só se manifestem após a entrega pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

6.1.44. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

#### **6.1.45. DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS COLABORADORES ALOCADOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1.45.1. Aplica-se o presente item às contratações cujo objeto envolva atividades com crianças e adolescentes, bem como às hipóteses em que empregados, prepostos, terceirizados ou demais colaboradores da futura contratada tenham acesso habitual, direto ou indireto, a unidades, ambientes, programas, ações ou serviços destinados ao público infantojuvenil.

6.1.45.2. A CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente e para o início da execução, apresentar as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores que serão alocados na execução do objeto, mantendo-as atualizadas durante toda a vigência contratual, com renovação mínima a cada 06 (seis) meses, nos termos do art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

6.1.45.3. Compete ainda à CONTRATADA manter, ainda, cadastro atualizado dos profissionais vinculados à execução contratual, com identificação do nome, função, vínculo com a empresa, local de atuação e datas de apresentação e atualização das certidões.

6.1.45.4. Sempre que houver substituição, inclusão ou remanejamento de colaboradores para atuação no objeto contratual, a contratada deverá apresentar previamente a respectiva documentação do novo profissional, observadas as mesmas exigências deste item.

6.1.45.5. A obrigação prevista neste tópico alcança também eventuais subcontratadas, terceirizadas, parceiras operacionais ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que disponibilizem mão de obra para execução do objeto.

6.1.45.6. A CONTRATADA deverá franquear à Administração, sempre que solicitada, o acesso à documentação comprobatória necessária à fiscalização do cumprimento desta obrigação, observado o dever de tratamento adequado das informações pessoais e a finalidade exclusiva de controle contratual e proteção do público atendido.

6.1.45.7. O descumprimento desta obrigação poderá ensejar, conforme a gravidade do caso e observados o contraditório e a ampla defesa, impedimento do início da execução, determinação de substituição do colaborador irregular, aplicação das penalidades contratuais cabíveis, inclusive advertência, multa, rescisão contratual e demais consequências previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

6.1.45.8. A presente exigência decorre da necessidade de atendimento ao art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente e à Notificação Recomendatória Conjunta Circular nº 01/2026/MPC/MPE, considerando que a execução do objeto envolve contato direto ou indireto com crianças e adolescentes.

#### **6.1.46. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE FORNECIMENTO**

6.1.46.1. Para os **Lotes 02 (Zona Rural) e 03 (Tarilândia e Jaru-Uaru)**, a Contratada declara estar ciente das condições de acesso e distâncias, sendo de sua inteira responsabilidade o transporte de materiais, maquinários e equipes, bem como a logística de alimentação e alojamento, não cabendo qualquer pleito de reequilíbrio financeiro por dificuldades logísticas previstas;

6.1.46.2. Considerando o regime pluviométrico da região, a Contratada deverá adotar medidas de proteção (lonas ou coberturas provisórias) para garantir a cura do granilite em áreas externas e rampas. A paralisação por chuvas só será aceita mediante registro fotográfico no **Diário de Obra** e validação da fiscalização, suspendendo-se a contagem do prazo de execução apenas nos dias de impossibilidade técnica comprovada;

6.1.46.3. A execução dos serviços não poderá interromper o calendário letivo, exceto se houver prévia e expressa anuência da Secretaria Municipal de Educação;

6.1.46.4. Serviços ruidosos e que gerem poeira intensa deverão ser priorizados para horários de contraturno, finais de semana ou feriados, sem ônus adicional para o Município;

6.1.46.5. A Contratada deverá realizar o isolamento físico das áreas em obra. Danos causados a pinturas existentes, vidros, portas ou mobiliário escolar durante o polimento mecanizado deverão ser reparados pela Contratada às suas expensas, antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

6.1.46.6. É terminantemente proibido o descarte da "nata" ou "lama" resultante do polimento nas canaletas pluviais, pátios ou jardins das escolas. A Contratada deverá promover o recolhimento e descarte ambientalmente adequado destes resíduos, sob pena de multa e interrupção imediata dos serviços;

6.1.46.7. O prazo de garantia para os pisos e rodapés executados será de, no mínimo, **05 (cinco) anos**, contados a partir do Recebimento Definitivo, cobrindo defeitos de aderência (piso oco), trincas estruturais por falha de traço ou descolamento de juntas.

6.1.46.8. Nos locais onde houver revestimento cerâmico existente, a Contratante deverá realizar a remoção completa do piso e da base de assentamento.

## **6.2. DA CONTRATANTE:**

6.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR;

**6.2.3. Realizar a remoção integral dos revestimentos cerâmicos existentes no local da instalação, garantindo a entrega da base (piso) devidamente limpa, isenta de resíduos de argamassa e o mais nivelada possível para a aplicação do granilite e realizar o descarte definitivo de todos os resíduos (entulhos) gerados nessa etapa, entregando a área livre e desembaraçada para o início dos serviços da Contratada;**

6.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.2.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

6.2.7. Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

6.2.8. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.2.10. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

6.2.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

### **7.1. VISTORIA TÉCNICA E ORÇAMENTO PRÉVIO POR UNIDADE**

#### **7.1.1. ZONA URBANA LOTE 01**

7.1.1.1. Antes da emissão de cada Ordem de Serviço (OS), a Contratada será formalmente convocada a realizar o seguinte procedimento:

7.1.1.2. Após a convocação oficial para o atendimento de uma unidade escolar, a Contratada deverá comparecer ao local para realizar a vistoria técnica *in loco*, para a realização do Orçamento Detalhado com os quantitativos reais necessários para atender especificamente aquela unidade, respeitando os preços registrados em ata;

7.1.1.3. Imediatamente após a aprovação do orçamento pela Fiscalização/Secretaria solicitante, a Contratada deverá apresentar o Cronograma de Execução detalhado. Este documento deverá prever todas as etapas da obra, desde a preparação da base até a aplicação da resina final.

### **7.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

7.2.1. A Contratada deverá apresentar um cronograma de execução detalhado, elaborado especificamente para cada unidade escolar solicitada, observando as seguintes condições:

7.2.2. Individualização dos Prazos: Os prazos de execução serão definidos de forma individualizada por local/unidade, variando entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés) e das condições logísticas da escola.

7.2.3. Momento da Apresentação: O cronograma deve ser obrigatoriamente apresentado após a aprovação do orçamento prévio e antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), servindo como documento técnico indispensável para a formalização e determinação dos prazos de execução e vigência de cada etapa.

7.2.4. Segurança e Isolamento: Caso a execução ocorra simultaneamente às aulas, a Contratada deverá prever no cronograma o isolamento total das áreas de trabalho (com tapumes, cerquites ou sinalização apropriada), garantindo rotas de fuga desimpedidas e acesso seguro de alunos e servidores às salas de aula e sanitários.

7.2.5. Planejamento de Impacto: O planejamento deve adequar as etapas ruidosas (como o polimento mecanizado) e as etapas que geram poeira ou odores fortes de resina aos horários de funcionamento da unidade escolar, visando não prejudicar o ano letivo e garantir a integridade física da comunidade escolar.

7.2.6. Aprovação e Alterações: O cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização e da Direção Escolar. Qualquer alteração no fluxo de trabalho que impacte o prazo final de entrega deverá ser comunicada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** para análise e nova pactuação.

7.2.6. Para que o cronograma seja flexível e atenda tanto a áreas pequenas quanto a grandes reformas, o ideal é trabalhar com **percentuais (%) de tempo** em vez de dias fixos. Assim, você mantém - se a lógica técnica independentemente da metragem.

7.2.7. Abaixo, apresento um modelo de cronograma aplicável para qualquer prazo entre **30 e 90 dias (somente sugestão)**:

**7.2.8. Gargalo do Polimento:** Em metragens maiores, a etapa **4.0** é a que mais consome tempo, pois as máquinas possuem um rendimento diário fixo de m<sup>2</sup>. Para prazos próximos a **90 dias**, a Contratada deve utilizar mais de uma equipe/equipamento simultaneamente.

**7.2.9. Sequenciamento:** O cronograma deve ser executado de forma escalonada. Enquanto uma sala está em "Cura" (Etapa 3), o corredor já pode estar em "Preparação" (Etapa 2), otimizando o prazo total.

### **7.3. MOBILIZAÇÃO RURAL E DISTRITOS**

7.3.1. A contratada deverá prever autonomia de transporte, alojamento e alimentação para suas equipes, bem como o fornecimento de água e energia caso a unidade escolar possua restrições técnicas momentâneas, independente do lote a ser executado.

### **7.4. DOS ENDEREÇOS PARA ENTREGA E INSTALAÇÃO**

#### **7.4.1. ZONA URBANA LOTE 01**

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria De Lourdes E Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
E.m.e.i. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Zenir De Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmante Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Primavera	Residencial Primavera, localizada na BR 364, linha que passa ao lado do Auto Posto Marques, setor 8, Jaru/RO.
Secretaria Municipal De Educação	Av Padre Adolpho Rolh, nº 976, setor 02, Jaru/RO
CEMATE	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;

#### 7.4.2. ZONA RURAL LOTE 02

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
Escola Bom Jesus	Estrada Linha 610, Km 30, no distrito de Bom Jesus, em Jaru - RO.	34,8 km (do centro de Jaru) (40 minutos)

#### 7.4.3. TARILANDIA/JARU UARU LOTE 03

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru - Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

#### 7.5. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.5.1. Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) específica para cada unidade escolar, a Contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para iniciar os serviços.

7.5.2. Considerando a necessidade de deslocamento de equipes e equipamentos pesados, o prazo de execução contratual terá seu termo inicial fixado no 5º (quinto) dia útil posterior ao envio da Ordem de Serviço. Este intervalo de 05 (cinco) dias úteis configura prazo de mobilização, não sendo imputado à contratada qualquer responsabilidade por atraso na execução durante este período. A finalidade é assegurar que a empresa disponha de tempo hábil para organizar o canteiro e receber materiais sem que isso comprometa o prazo estipulado para a conclusão da obra, garantindo, assim, a qualidade e a tempestividade do serviço final.

7.5.3. O prazo de execução será definido individualmente para cada Unidade Escolar (ou grupo de unidades), de acordo com o **CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO** após a vistoria técnica prévia mencionada no item 6.1.

7.5.4. O prazo de execução poderá variar entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada solicitada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés curvos) e das condições climáticas ou pedagógicas do local.

7.5.5. O prazo de execução poderá ser suspenso por determinação da Fiscalização em caso de chuvas intensas (para áreas externas/lote rural), atrasos na liberação de áreas pela escola ou motivos de força maior, devidamente registrados.

7.5.6. A forma de estabelecer o prazo de execução foi com base na natureza do **piso granilite**, que exige etapas rigorosas de cura química e polimento sequencial. Diferente de pisos cerâmicos de encaixe, o granilite é moldado *in loco*, e seu rendimento é condicionado ao tempo de secagem do cimento e à capacidade operativa das máquinas politrizes (estimada em média 30m<sup>2</sup> a 50m<sup>2</sup> de polimento acabado/dia por equipe)."

7.5.7. No caso de áreas externas ou com incidência solar, a Contratada deve prever a cura úmida (molhar o piso nos primeiros dias), o que deverá estar contemplado no prazo estipulado.

7.5.8. Para metragens acima de 700m<sup>2</sup>, a Contratada fica obrigada a manter, no mínimo, duas equipes completas de polimento para cumprir o cronograma.

**Tabela de Referência: Prazo de Execução x Metragem**

Área Total Estimada (m <sup>2</sup> )	Prazo Máximo de Execução	Justificativa Técnica
Até 300 m <sup>2</sup>	30 dias	Área de pequeno porte; permite execução em frente única de trabalho.
De 301 a 700 m <sup>2</sup>	50 dias	Exige escalonamento entre salas e áreas comuns para garantir a cura.
De 701 a 1.200 m <sup>2</sup>	60 dias	Necessidade de múltiplas frentes de polimento mecanizado simultâneas.
Acima de 1.200 m <sup>2</sup>	90 dias	Grande porte; exige logística complexa de materiais e tempo de cura em larga escala.

## 7.6. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA (CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307/2002)

- **Classificação e Segregação:** A Contratada é a única responsável pela segregação e acondicionamento na origem dos resíduos gerados (sobras de massa, embalagens de cimento, recortes de filetes de PVC e lama resultante do polimento mecanizado).
- **Coleta da "Lama de Polimento":** Durante o processo de polimento mecanizado do granilite, a Contratada deverá utilizar métodos que minimizem a dispersão de pó e lama. A água servida com resíduos minerais (pasta de cimento) jamais deverá ser descartada diretamente na rede de esgoto pluvial ou sanitário da escola, devendo ser recolhida, decantada e tratada, ou descartada em local apropriado para evitar entupimentos.
- **Remoção de Entulhos:** Todo o entulho gerado deverá ser removido da unidade escolar em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua geração, sendo proibido o acúmulo em pátios, quadras ou áreas de circulação de alunos.
- **Destinação Final Adequada:** O transporte e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos deverão ocorrer estritamente em PEV, Central de Triagem ou aterro de resíduos da construção civil licenciado, em local previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jaru/RO, vedado qualquer descarte em áreas de bota-fora ou locais não autorizados.
- **Comprovação:** A Contratada deverá manter à disposição da fiscalização os comprovantes de descarte e a emissão do MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) eletrônico via SINIR, ou documento equivalente homologado pelo órgão ambiental, sempre que solicitado, sob pena de retenção da medição.

### 7.6.1. AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (ART. 45, II, LEI Nº 14.133/2021):

- **Horário de Ruído:** A execução dos serviços de polimento mecanizado e corte de filetes deverá respeitar rigorosamente a legislação urbanística local e os limites de ruído em zonas escolares, priorizando horários que não interfiram nas atividades pedagógicas.
- **Contenção de Poluição Volátil:** A Contratada deverá instalar barreiras físicas temporárias (lonas/tapumes) nas áreas de execução para impedir a dispersão de poeira e partículas para as propriedades vizinhas e demais dependências da escola.



- **Organização Logística:** A carga e descarga de materiais e insumos deverão ser planejadas para não obstruir o tráfego nas vias públicas lindeiras e garantir a segurança dos pedestres e da comunidade escolar.

#### **7.6.2. ECOEFICIÊNCIA E REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS (ART. 45, III, LEI Nº 14.133/2021):**

- **Equipamentos Eficientes:** A Contratada deverá utilizar maquinários e equipamentos de polimento de alta eficiência energética que comprovem menor consumo de energia elétrica.
- **Racionalização de Recursos Naturais:** Deverão ser adotados métodos que priorizem a ecoeficiência, como o uso racional da água no polimento, preferencialmente utilizando sistemas de recirculação ou técnicas que minimizem o desperdício de recursos hídricos.
- **Produtos Sustentáveis:** Os materiais e insumos utilizados na execução do granilite e fulget (como resinas, seladores e cimentos) deverão, sempre que disponível no mercado, possuir certificações ambientais ou comprovação de baixa toxicidade e menor impacto ambiental.

#### **7.6.3. LIMPEZA PÓS-OBRA:**

- **Entrega Definitiva:** A entrega definitiva do serviço em cada escola só será aceita após a limpeza fina da área executada, com a remoção total de respingos de resina, pó de polimento ou restos de cimento de paredes e esquadrias.

#### **7.7. DO RECEBIMENTO**

7.7.1. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.7.2. Os marcos contratuais ficarão definidos de acordo com o cronograma de execução que poderá ser de 30, 60 e até 90 dias após a expedição da Ordem de Serviço, sendo estes os prazos nos quais poderão ser apresentadas medições para pagamento de percentuais já executados. O recebimento provisório ocorrerá nos marcos supracitados, após confirmação do serviço executado, conforme disposto no artigo 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7.3. A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, o piso que apresentar descolamento ("som cavo"), fissuras estruturais por falta de juntas, ou rodapés que não apresentem a curvatura hospitalar exigida, devendo a Contratada refazer o serviço às suas expensas.

7.7.4. O Recebimento Definitivo ocorrerá em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as eventuais pendências (trincas, falhas de polimento ou limpeza pós-obra).

7.7.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.7.7. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **7.8. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

7.8.1. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

7.8.2. Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.



## **7.9. DA FISCALIZAÇÃO**

7.9.1. A fiscalização da entrega do material será realizada por integrantes das Comissões Técnicas para Recebimento da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

7.9.2. A equipe será responsável pela anotação de todas as ocorrências e deficiências, entre outras anotações que julgar necessárias, em relatório, que deverá ser emitido em duas vias. Uma via deverá ser arquivada na Secretaria interessada, para acompanhamento, e a outra via deverá ser entregue a contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, quando o caso exigir.

7.9.3. As exigências da fiscalização e a atuação da Comissão de Recebimento de Materiais da Prefeitura Municipal de Jaru/RO, em qualquer etapa da execução do contrato, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne o atendimento ao contrato.

7.9.4. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.9.5. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.9.6. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

## **8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA**

### **8.1. DO CONTRATO**

8.1.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021);

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

8.1.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.6. O(A) Contratado(a) será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 118 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.7. O(A) Contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.8. Somente o(a) Contratado(a) será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.9. A inadimplência do(a) contratado(a) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021);

8.1.10. As comunicações entre a Administração e o(a) contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail;

8.1.11. A Administração poderá convocar representante do(a) licitante para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.1.12. O(A) Contratado(a) deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato administrativo (art. 118 da Lei nº 14.133/2021);

8.1.13. A indicação ou a manutenção do preposto do(a) Contratado(a) poderá ser recusada pelo contratante, desde que devidamente justificada, devendo o(a) contratado(a) designar outro para o exercício da atividade, no prazo indicado pelo fiscal;

8.1.14. Após a assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante do(a) Contratado(a) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **8.1.15. DO REAJUSTE**

8.1.15.1. O reajuste de preços somente será concedido após decorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses, tendo como data-base o mês de referência do orçamento estimado pela Administração, consubstanciado na planilha de composição de custos integrante deste Projeto Básico, independentemente da data de apresentação da proposta ou da assinatura do contrato.

I - A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;

II - Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido;

III - São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que na apuração de índices de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior à anual.

8.1.15.2. Após o prazo acima referenciado, será utilizado para reajuste do valor do Contrato o índice Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas - Edificações (Coluna 35-FGV) adotando-se a fórmula a seguir:

$$R = Vf \times [(In - I0) \div I0]$$

8.1.15.3. Onde:

**R = Valor do reajustamento;**

**Vf = Valor da nota fiscal a preços iniciais do contrato;**

I - Índice do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas Edificações (Coluna 35- FGV);

Índice I com indicador n = Relativo ao mês anterior ao da concessão do reajustamento;

Índice I com indicador 0 = Relativo ao mês anterior à elaboração do orçamento; Data-base do orçamento = mês/ano.

8.1.15.4. A formalização da solicitação de reajuste deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Certidões atualizadas de regularidade do FGTS e perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.15.5. Na análise do pedido de reajuste devem ser consideradas e mantidas todas as condições referentes às majorações e/ou descontos ofertados em processos de reequilíbrio, já concedido.

8.1.15.6. Na ocasião da análise do pedido de reajuste, a Administração Pública deve reavaliar os custos previstos na planilha contratada, de modo a contemplar as variações específicas do objeto tais como: amortização, depreciação e exaustão.

I - A análise do reajuste deve ser feita considerando as hipóteses em que haja deságio em razão da amortização de despesas não renováveis ou pela depreciação do objeto do contrato, a exemplo de locação de veículos e equipamentos.

II - Nas hipóteses de amortização/depreciação referenciadas no inciso anterior devem ser elaboradas planilhas comparativas de preços contendo o valor do bem já utilizado e o valor de um novo, a partir de pesquisa de mercado com vistas a obter o preço justo a ser adimplido pelo município.

8.1.15.7. Na análise do reajuste de preços, deve atentar-se especialmente para as seguintes situações no cumprimento do objeto contratual:

I - Quando houver antecipação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente na data em que for concluído o objeto;

II - Quando houver prorrogação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente no mês previsto inicialmente para cumprimento do objeto;

III - Quando houver atraso no cumprimento do objeto por culpa da contratada:

a) Prevalece o índice vigente na data inicialmente prevista na hipótese de aumento do mesmo; e

b) Prevalece o índice vigente na data do efetivo cumprimento do objeto na hipótese de diminuição do mesmo;

IV - Quando houver atraso por culpa da contratante, aplica-se o índice vigente na data em que for realizado o objeto.

8.1.15.8. Na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável consiste em:

I - Firmar o contrato com os valores originais da proposta; e

II - Celebrar o primeiro termo de apostilamento, antes do início da execução contratual, reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital.

## **8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

#### **8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

#### **§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:**

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das

obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:**

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

#### **8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:**

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

#### **8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:**

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

## 8.5. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.5.1. O contrato terá vigência máxima de até 120 dias, cujo prazo exato dependerá diretamente do período de execução contratual (variável entre 30 e 90 dias) contados da data de sua assinatura, tratando-se de contratação de serviço de engenharia com escopo predefinido, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Os prazos definitivos de execução e vigência serão formalmente informados e estabelecidos no momento da abertura de cada respectivo processo filhote.

8.5.2. Nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, desde que o atraso seja motivado por circunstâncias alheias à vontade da Contratada.

8.5.3. Para fins do item anterior, a alteração dos prazos do cronograma de execução original deverá ser formalizada por instrumento próprio (apostilamento ou termo aditivo), mediante solicitação justificada da Contratada ou por iniciativa da Administração, mantendo-se as demais condições contratuais.

8.5.4. Esclarece-se que o objeto desta contratação (fornecimento e execução de piso granilite, fulget e rodapé hospitalar) possui natureza jurídica de serviço por escopo certo e determinado, não se submetendo ao regime de prorrogações sucessivas aplicável aos serviços contínuos.

## 9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

## 9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e



observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

### 9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

### 9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

### 9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

## **10.2. DA LIQUIDAÇÃO**

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

## **11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

## **11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

## **11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **12. DA FASE DE JULGAMENTO**

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 12.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:
- 12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 12.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

### 13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.
- 13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.
- 13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.



13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.**

**13.18. Da Habilitação Jurídica:**

**a) Registro na Junta Comercial**, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**b) Ato constitutivo**, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

**c) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF)**, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

**e)** Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

**f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.**

**g) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**h) Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**i) Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:**

- a)** Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b)** Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c)** Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d)** Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **13.20.1. DO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

- **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 01**

13.20.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 01**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

13.20.1.2. Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 01** os seguintes serviços:

**I fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas), com quantitativo estimado de 16.049 m²;**

**II fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas), com quantitativo estimado de 4.012 m²;**

**III fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite, com quantitativo estimado de 10.827 m.**

13.20.1.3. Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

**I 8.024,50 m² de execução de Piso Granilite Polido;**

**II 2.006,00 m² de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;**

**III 5.413,50 m de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.**

- **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 02**

13.20.1.4. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 02**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

13.20.1.5. Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 02** os seguintes serviços:

**I fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas), com quantitativo estimado de 3.439 m²;**

**II fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas), com quantitativo estimado de 860 m²;**

**III fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite, com quantitativo estimado de 2.321 m.**

13.20.1.5. Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

**I 1.719,50 m² de execução de Piso Granilite Polido;**

**II 430,00 m² de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;**

**III 1.160,50 m de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.**

### **13.20.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 03**

13.20.6.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 03**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

13.20.6.2. Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 03** os seguintes serviços:

**I fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas), com quantitativo estimado de 2.292 m²;**

**II fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas), com quantitativo estimado de 573 m²;**

**III fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite, com quantitativo estimado de 1.553 m.**

13.20.6.3. Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

**I 1.146,00 m² de execução de Piso Granilite Polido;**

**II 286,50 m² de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;**

**III 776,50 m de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.**

13.20.6.4. Será **admitido o somatório de atestados**, desde que os documentos apresentados demonstrem, em conjunto, a experiência mínima exigida para o respectivo lote, preservada a compatibilidade com o objeto licitado.

13.20.6.5. Na hipótese de a licitante participar de mais de um lote, poderá apresentar um ou mais atestados que, individualmente ou em conjunto, comprovem a capacidade técnico-operacional exigida para cada lote, observados os valores mínimos acima estabelecidos.

13.20.6.6. Os atestados deverão conter, de forma clara e objetiva, no mínimo, as seguintes informações:

**I identificação do contratante e da contratada;**

**II descrição do objeto executado, com elementos suficientes para aferição da similaridade e compatibilidade com o objeto licitado;**

**III indicação de que houve fornecimento e instalação de vidros temperados, ou de objetos similares em características e finalidade;**

**IV período de execução;**

**V valor da contratação executada, ou outro elemento objetivo que permita aferir a remuneração correspondente;**

**e**

**VI declaração expressa de que os serviços e/ou fornecimentos foram executados de forma satisfatória.**

13.20.6.7. A exigência ora estabelecida tem por finalidade assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com o vulto econômico e com as condições de execução do objeto, em observância ao disposto no **art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021**, preservando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13.20.6.8. Os atestados e/ou certidões deverão ser apresentados em documento formal emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados por representante legal ou autoridade competente, admitida a apresentação em meio físico ou eletrônico, nos termos da legislação vigente.

13.20.6.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos complementares destinados à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que lhes deu origem, notas fiscais, ordens de serviço, comprovantes de execução, contatos do emitente, endereço do local da prestação ou outros elementos pertinentes, com vistas à adequada instrução do processo e à proteção do interesse público.

### **13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:**

**a)** Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

**b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

**b.1)** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**c)** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

**c1** - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

**c2** - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

**c3** - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

**LC**= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

**LG**= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

**SG**= Solvência Geral – igual ou superior a 1

**d)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

**e)** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da **parcela pertinente**.

**f)** Em caso de participação da empresa **FILIAL** na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a **MATRIZ**: deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da **MATRIZ**.

### **13.22. Das Declarações:**

**a) Termo de Compromisso** (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

**a)** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

**b)** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

**c)** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

### 13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.22.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## 14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33).

## 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;



- 15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: [supel@jaru.ro.gov.br](mailto:supel@jaru.ro.gov.br), no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33\\_se\\_for\\_o\\_caso](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se_for_o_caso).

## **18. DO FORO**

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 09 de junho de 2026.

Ivanilda Lucas de Andrade  
**PREGOEIRO (A)**

**Elaborado por:** Willian Sales Silva  
Assessor Executivo de Licitações

**ANEXO I**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS**, visando o **FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pertencente a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1						
1	006.038.645	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS)</b> Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento. Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação. Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas. Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência (base solvente ou água, antiderrapante após seca). Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x 1,00m, perfeitamente nivelados. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.</p>	16.049,00	M²	105,10	1.686.749,90
2	006.038.646	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)</b> Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume. Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas</p>	4.012,00	M²	124,75	500.497,00

		descobertas. Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.				
3	006.038.655	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b> Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm. Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência. Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede. Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares. Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado. Local de Execução: Unidades localizadas dentro do município de Jaru/RO.	10.827,00	METRO	77,67	840.933,09
<b>Valor Total: R\$ 3.028.179,99</b>						

**LOTE 2**

1	006.038.648	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS)</b> Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento. Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação. Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas. Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência	3.439,00	M²	112,97	388.503,83
---	-------------	---	----------	----	--------	------------



		(base solvente ou água, antiderrapante após seca). Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x 1,00m, perfeitamente nivelados. Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.				
2	006.038.649	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)</b> Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume. Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas descobertas. Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original. Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.	860,00	M²	128,05	110.123,00
3	006.038.654	<b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b> Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm. Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência. Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede. Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares. Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado. Local de Execução: Unidades localizadas na Zona Rural do município de Jaru/RO.	2.321,00	METRO	52,50	121.852,50

**Valor Total: 620.479,33**

**LOTE 3**

1	006.038.651	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS)</b>  Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm após polimento.  Composto por massa de cimento (branco ou cinza, classe CP-V ARI) e agregados minerais (marmorites/pedriscos nº 0 e 1) no traço 2:1 em volume. A cor do fundo e dos agregados deverá ser definida pela Secretaria municipal de Educação.  Processo Executivo: Incluso preparação rigorosa da base (limpeza e aplicação de ponte de aderência), batimento manual ou mecânico para adensamento, nivelamento com mestras, polimento mecanizado sequencial com pedras abrasivas de diferentes gramaturas.  Acabamento: Estucamento para fechamento total de poros com nata de cimento e corante da mesma cor do fundo, seguido de polimento fino e aplicação de mínimo 02 (duas) demãos de selador e resina acrílica de alta resistência (base solvente ou água, antiderrapante após seca).  Divisores: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC na cor cinza (ou latão/alumínio, conforme preferência da engenharia municipal), em quadros de no máximo 1,00m x 1,00m, perfeitamente nivelados.  Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilandia e Jaru Uaru do município de Jaru/RO.</p>	2.292,00	M²	123,70	283.520,40
2	006.038.652	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS)</b>  Descrição: Execução de revestimento monolítico moldado in loco, com espessura final mínima de 10mm. Composto por argamassa de cimento (branco ou cinza CP-V ARI) e agregados minerais selecionados no traço 2:1 em volume.  Processo Executivo: Preparação da base com ponte de aderência. O acabamento deve ser do tipo lavado (Fulget), através de lavagem química/jato de água antes da cura total para exposição parcial dos agregados, ou apicoado/lixamento grosso (grana 36 ou 60), garantindo o coeficiente de atrito exigido pela NBR 9050 para rampas e áreas descobertas.  Proteção e Juntas: Instalação de juntas de dilatação em filetes de PVC em quadros de 1,00m x 1,00m. Acabamento final com aplicação de selador hidrofugante e oleofugante, para evitar infiltrações, limo e manchas decorrentes de intempéries, sem perder a rugosidade original.  Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilandia e Jaru Uaru do</p>	573,00	M²	140,13	80.294,49

		município de Jaru/RO.				
3	006.038.653	<p><b>FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE</b></p> <p>Descrição: Execução de rodapé moldado in loco com acabamento arredondado (côncavo/hospitalar), com altura de 10cm e raio de curvatura de aproximadamente 5cm.</p> <p>Composição: Composição idêntica ao piso (traço 2:1, cimento CP-V ARI e agregados minerais) para garantir continuidade estética, cor e resistência.</p> <p>Processo Executivo: O acabamento deve ser polido e estucado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso, eliminando ângulos retos (90°) no encontro entre o piso e a parede. O topo do rodapé deve possuir acabamento nivelado para embutimento ou faceamento com o reboco/pintura da parede.</p> <p>Finalidade: Facilitar a higienização completa e impedir o acúmulo de sujidades e microrganismos, atendendo aos padrões de higiene para ambientes escolares.</p> <p>Medição: Medição por metro linear (m) de rodapé efetivamente executado e acabado.</p> <p>Local de Execução: Unidades localizadas dentro do distrito de Tarilandia e Jaru Uaru do município de Jaru/RO.</p>	1.553,00	METRO	70,18	108.989,54
<b>Valor Total: 472.804,43</b>						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

## 1.2. DA NATUREZA DO OBJETO E ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

Em observância ao disposto no Art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Educação confirma e ratifica o enquadramento do objeto deste Pedido de Material e Serviço como **Serviço Comum de Engenharia**.

Esta classificação fundamenta-se no fato de que os serviços de fornecimento e execução de piso granilite e rodapés possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pela Administração, mediante especificações usuais de mercado e normas técnicas consagradas, notadamente a **ABNT NBR 11803 (Pisos de Granilite)**.

A natureza "comum" do serviço é demonstrada neste instrumento através da definição precisa de:

- **Composição e Traço:** Especificação clara do cimento classe CP-V ARI e agregados minerais no traço 2:1;
- **Dimensões Técnicas:** Estabelecimento de espessura final mínima de 10mm após o polimento;
- **Processos Executivos:** Padronização das etapas de preparação de base, estucamento, polimento sequencial e selagem;
- **Normatização de Segurança:** Atendimento obrigatório à NBR 9050 para o coeficiente de atrito em rampas e áreas externas.

Tratam-se, portanto, de serviços cujos métodos executivos são amplamente dominados pelo mercado local e regional, permitindo a aferição objetiva da qualidade no momento do recebimento, sem a necessidade de soluções complexas ou de alta inovação tecnológica, o que justifica a seleção da proposta pelo critério de **Menor Preço**.

### 1.1. DA JUSTIFICATIVA POR LOTES

A presente licitação tem por objeto o fornecimento e instalação de piso em granilite em dezenove unidades escolares e respectivos departamentos que compõem a rede municipal de ensino, abrangendo não apenas a sede do município, mas também sua extensa zona rural e distritos mais afastados. Diante da heterogeneidade geográfica e logística que caracteriza a área de abrangência do objeto, a Administração Pública, em observância ao princípio do parcelamento consagrado no inciso II do artigo 47 da Lei nº 14.133/2021, optou pela estratégia de dividir o fornecimento em três lotes geográficos

distintos. Esta decisão, longe de ser meramente administrativa, encontra amparo em sólida fundamentação técnica, econômica e operacional, visando precipuamente a ampliação da competitividade, a precisão na formação dos preços e a mitigação de riscos contratuais.

O princípio do parcelamento, inserto na nova lei de licitações, estabelece que, sempre que o objeto for divisível e não houver prejuízo para o conjunto da contratação ou para o aproveitamento de economias de escala, deve-se preferir a divisão em lotes como forma de viabilizar a participação do maior número possível de concorrentes. No caso concreto, a natureza do objeto a ser executado que envolve o deslocamento de maquinário pesado, como politrizes de grande porte, a mobilização de equipes especializadas e o transporte constante de materiais de construção, como cimento e agregados graúdos impõe uma análise apurada das distâncias envolvidas e das condições de acesso a cada uma das unidades escolares. Não seria razoável, tampouco eficiente, tratar de forma homogênea realidades tão díspares como as que se apresentam entre a zona urbana consolidada, as vicinais de chão batido na zona rural e os distritos localizados a dezenas de quilômetros da sede.

O primeiro lote, correspondente à zona urbana da sede do município, concentra o maior volume de fornecimento, abrangendo catorze escolas localizadas em um raio geográfico reduzido e com vias de acesso inteiramente pavimentadas. Esta concentração espacial permite não apenas uma economia de escala na mobilização de equipes e equipamentos, mas também a possibilidade de execução simultânea ou sequencial em ritmo acelerado, otimizando o cronograma e garantindo a entrega célere das melhorias à comunidade escolar. A agilidade operacional inerente a este lote justifica, por si só, o seu tratamento em separado, uma vez que a lógica de execução urbana difere substancialmente da lógica exigida para as demais localidades.

O segundo lote, por sua vez, contempla três escolas situadas em região de zona rural, caracterizada pelo acesso por vias não pavimentadas, sujeitas às intempéries e às vicissitudes do clima, especialmente no período de chuvas. A execução de obras neste contexto demanda logística específica, com planejamento de transporte adequado para terrenos de baixa trafegabilidade, eventual necessidade de veículos com tração reforçada e mobilização de canteiro de obras com maior grau de autonomia. Ao isolar estas variáveis em um lote próprio, a Administração impede que os custos mais elevados e os riscos logísticos inerentes à zona rural contaminem a formação de preços dos demais lotes, além de permitir que empresas especializadas ou com maior familiaridade com este tipo de operação possam apresentar propostas competitivas.

O terceiro e último lote destina-se ao atendimento das unidades escolares localizadas nos distritos de Tarilândia e Jarú-Uaru, que constituem um polo regional afastado da sede municipal em aproximadamente oitenta quilômetros. Trata-se de uma distância significativa para o traslado diário de equipes e para o transporte de materiais e equipamentos pesados. Caso esta região fosse incluída em um lote único abrangendo toda a extensão territorial do município, o licitante vencedor seria forçado a embutir no preço unitário de todos os serviços os custos elevados de deslocamento para esta área remota, onerando indevidamente o erário nas regiões mais próximas e de mais fácil execução. A criação de um lote específico para esta localidade permite que a Administração contrate o serviço pelo preço efetivamente praticado naquela microrregião, refletindo com precisão os custos logísticos reais e evitando a prática indesejável da chamada "cotação por média", na qual os custos das áreas mais distantes são diluídos e mascarados nos preços das áreas centrais.

Para além da precisão na formação dos preços e da ampliação do universo de potenciais licitantes uma vez que um lote único de grande vulto restringiria a participação a poucas empresas de grande porte, reduzindo a competitividade e potencialmente elevando os preços, a divisão geográfica proposta desempenha um papel fundamental na gestão de riscos contratuais. Ao segregar os objetos em contratos autônomos, a Administração isola o chamado "risco geográfico". Isso significa que eventuais intercorrências em um dos lotes, como atrasos decorrentes de condições climáticas adversas na zona rural ou dificuldades logísticas nos distritos mais distantes, não comprometem o cronograma de execução dos demais lotes. As catorze escolas da zona urbana, portanto, não ficam reféns de problemas ocorridos a oitenta quilômetros de distância, assegurando que a parcela mais significativa do objeto seja entregue dentro do prazo independentemente de fatores externos alheios ao controle da contratada.

Ademais, a existência de contratos separados por região geográfica facilita sobremaneira o trabalho da fiscalização, que pode acompanhar de forma mais detida e específica o andamento de cada lote, com cronogramas físico-financeiros individualizados e maior clareza na alocação de recursos e na medição dos serviços efetivamente prestados. A transparência e o controle social também são beneficiados, uma vez que a sociedade pode visualizar com maior nitidez os investimentos destinados a cada região do município.

Em síntese, a divisão do objeto nos três lotes geográficos propostos zona urbana, zona rural e distritos remotos revela-se a medida mais aderente aos princípios constitucionais e legais que regem as contratações públicas, notadamente os princípios da eficiência, da competitividade, da economicidade e do planejamento. A estratégia adotada não apenas atende ao comando normativo do artigo 47 da Lei 14.133/2021, mas o faz de forma substancial, promovendo o amplo acesso de licitantes de diferentes portes ao certame, garantindo a formação de preços justos e realistas para cada realidade operacional e assegurando a conclusão tempestiva das obras nas dezenove unidades escolares, em benefício direto da

comunidade escolar e da população em geral. Trata-se, portanto, de medida que concretiza o interesse público na sua aceção mais ampla, aliando economicidade à efetividade na entrega dos serviços à sociedade.

## 2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 4.121.463,75 (quatro milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

### 2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente demanda fundamenta-se na imperativa necessidade de recuperação, padronização e modernização da infraestrutura física das **19 Unidades Escolares da Rede Municipal**, do **CEMATE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado)** e da sede do **Conselho Municipal de Educação**. O diagnóstico situacional realizado pela equipe técnica evidenciou que os revestimentos cerâmicos atuais encontram-se em avançado estado de degradação, apresentando trincas, descolamentos e superfícies irregulares. Tais patologias oferecem riscos iminentes de acidentes e dificultam a higienização rigorosa necessária ao ambiente educacional, gerando acúmulo de microrganismos nos rejuntas deteriorados e impactando negativamente na salubridade das salas de aula, pátios e refeitórios.

A escolha técnica pelo **piso em granilite** justifica-se por sua altíssima resistência mecânica e durabilidade, características essenciais para suportar o tráfego pesado de alunos e o arraste frequente de mobiliário escolar. Diferentemente dos revestimentos em placas convencionais, o granilite é uma solução monolítica (sem juntas) cuja vida útil estimada ultrapassa quatro décadas, permitindo sucessivos processos de polimento e cristalização que mantêm o aspecto de novo ao longo dos anos. Esta escolha alinha-se ao **Acórdão nº 1.903/2019-Plenário do TCU**, que recomenda a análise do custo-benefício de longo prazo, garantindo que o investimento público seja otimizado e que as manutenções corretivas emergenciais onerosas e disruptivas sejam drasticamente reduzidas.

Sob o aspecto da segurança e acessibilidade, a solução integra a execução de **rodapé hospitalar curvo**, que elimina cantos vivos e facilita a assepsia total dos ambientes, e a aplicação de acabamento **Fulget (antiderrapante)** em rampas e áreas externas, em estrito cumprimento à **NBR 9050**. Tal medida protege a integridade física de aproximadamente dez mil alunos e servidores, prevenindo quedas e escorregamentos. Administrativamente, a padronização via **Registro de Preços** confere agilidade e economia de escala, permitindo que a SEMED realize as intervenções de forma planejada e gradual conforme a disponibilidade do recurso **PRO EDUCAÇÃO**, assegurando ambientes dignos, seguros e esteticamente adequados que fortalecem o sentimento de zelo pelo patrimônio público em Jarú.

### 3.2. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

### 3.3. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

As áreas foram estimadas com base em projetos padrão de arquitetura escolar (referência FNDE), considerando que o granilite será aplicado em salas de aula, circulações, pátios e refeitórios.

**Porte Pequeno (1 unidade - CEMATE/CME):** Área estimada de 450 m² total.

**Porte Médio (10 unidades):** Área estimada de 950 m² por unidade.

**Porte Grande (8 unidades):** Área estimada de 1.850 m² por unidade.

Multiplicamos o número de unidades de cada porte pela sua respectiva área média para obter o somatório da rede:

Área Bruta	$(1 \times 450) + (10 \times 950) + (8 \times 1850)$
Área Bruta	$450 + 9.500 + 14.800 = 24.750 \text{ m}^2$



Em obras de pavimentação com granilite, é indispensável a previsão de uma margem de 10% para perdas decorrentes de recortes, acabamentos de rodapés e regularização de níveis entre ambientes.

Área Bruta	24.750 X 1,10 = 27.225 m <sup>2</sup>
------------	---------------------------------------

A presente contratação visa a execução de pavimentação em granilite em uma área total de **27.225 m<sup>2</sup>**, solução escolhida pela sua altíssima durabilidade, facilidade de higienização e baixo custo de manutenção a longo prazo, sendo o material mais adequado para o fluxo intenso de uma unidade escolar. A definição dos quantitativos baseou-se nos seguintes critérios técnicos: Divisão por Tipologia de Acabamento (Pisos Polido e Antiderrapante) - a área total foi subdividida para atender às normas de segurança e acessibilidade (**NBR 9050**), conforme a seguir:

Piso Granilite Polido (21.780 m<sup>2</sup>): Destinado às áreas internas, como salas de aula, setores administrativos e laboratórios. O cálculo corresponde a **80% da área total**, garantindo uma superfície lisa que facilita a limpeza e assepsia.

Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (5.445 m<sup>2</sup>): Quantitativo estimado em **20% da área total**, destinado obrigatoriamente a rampas, escadas, pátios descobertos e acessos externos. Este critério visa prevenir acidentes em áreas sujeitas a intempéries ou inclinações, mantendo o índice de atrito necessário para a segurança dos alunos e usuários

O quantitativo de rodapé curvo foi extraído através da aplicação de um coeficiente de proporcionalidade de **0,6 m linear por m<sup>2</sup>** de área de piso, índice referencial para edificações escolares que possuem alta fragmentação de ambientes (salas e corredores). **Cálculo:** (27.225 m<sup>2</sup> × 0,6) = 16.335 metros. Sobre este montante, aplicou-se uma **redução de 10%** para descontar vãos de portas, portões e passagens onde não há aplicação do material, resultando no valor final de 14.701 metros lineares. A opção pelo modelo hospitalar (curvo) justifica-se pela exigência sanitária de eliminar cantos vivos, impedindo o acúmulo de sujidades e proliferação de microrganismos.

Todos os itens foram calculados considerando o traço de 2:1 (duas partes de agregado para uma de cimento) e espessura de 10 mm, conforme as normas da **ABNT NBR 11803**, assegurando que a estrutura suporte o tráfego pesado sem fissuras precoces, otimizando o investimento público e evitando reformas corretivas a curto prazo.

### 3.4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida consiste na **Modernização e Pavimentação Monolítica em Granilite Polido e Fulget**, abrangendo o ciclo de vida integral do investimento: desde a preparação técnica da base e remoção dos detritos existentes, passando pela aplicação da massa granilítica com juntas de dilatação plásticas, polimento diamantado e impermeabilização, até as futuras fases de manutenção por cristalização. A solução foca na **perenidade do patrimônio público**, garantindo que o revestimento suporte décadas de uso institucional severo com baixo custo de conservação. Ao final, a entrega de 27.225,00 m<sup>2</sup> de pavimentação e 14.701,00 metros de rodapés hospitalares curvos consolidará uma infraestrutura escolar resiliente, salubre e plenamente funcional para o exercício de **2026** e as gerações futuras.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

Os materiais deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

## 5.2. EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Poderão participar da licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus Anexos e estiverem habilitados para participação da mesma, desde que: desempenhe atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do Pregão; atenda aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos do Edital.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos no edital e anexos poderá acarretar desclassificação da empresa.

## 5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços objeto desta licitação ocorrerá de forma parcelada e não obrigatória, de acordo com a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária de cada unidade escolar ou da Secretaria Municipal de Educação de Jaru.

A existência dos lotes (Urbana, Rural e Tarilândia) não obriga a Administração à execução simultânea ou total de todas as unidades que os compõem. As ordens de serviço serão emitidas individualmente por escola, conforme a prioridade e o recurso disponível.

Modelo de Cronograma de Execução: Piso Granilite.

### 6.1. VISTORIA TÉCNICA E ORÇAMENTO PRÉVIO POR UNIDADE

#### ZONA URBANA LOTE 01

Antes da emissão de cada Ordem de Serviço (OS), a Contratada será formalmente convocada a realizar o seguinte procedimento:

Após a convocação oficial para o atendimento de uma unidade escolar, a Contratada deverá comparecer ao local para realizar a vistoria técnica *in loco*, para a realização do Orçamento Detalhado com os quantitativos reais necessários para atender especificamente aquela unidade, respeitando os preços registrados em ata;

Imediatamente após a aprovação do orçamento pela Fiscalização/Secretaria solicitante, a Contratada deverá apresentar o Cronograma de Execução detalhado. Este documento deverá prever todas as etapas da obra, desde a preparação da base até a aplicação da resina final.

### 6.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A Contratada deverá apresentar um cronograma de execução detalhado, elaborado especificamente para cada unidade escolar solicitada, observando as seguintes condições:

Individualização dos Prazos: Os prazos de execução serão definidos de forma individualizada por local/unidade, variando entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés) e das condições logísticas da escola.

**Momento da Apresentação:** O cronograma deve ser obrigatoriamente apresentado após a aprovação do orçamento prévio e antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), servindo como documento técnico indispensável para a formalização e determinação dos prazos de execução e vigência de cada etapa.

**Segurança e Isolamento:** Caso a execução ocorra simultaneamente às aulas, a Contratada deverá prever no cronograma o isolamento total das áreas de trabalho (com tapumes, cerquites ou sinalização apropriada), garantindo rotas de fuga desimpedidas e acesso seguro de alunos e servidores às salas de aula e sanitários.

**Planejamento de Impacto:** O planejamento deve adequar as etapas ruidosas (como o polimento mecanizado) e as etapas que geram poeira ou odores fortes de resina aos horários de funcionamento da unidade escolar, visando não prejudicar o ano letivo e garantir a integridade física da comunidade escolar.

**Aprovação e Alterações:** O cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização e da Direção Escolar. Qualquer alteração no fluxo de trabalho que impacte o prazo final de entrega deverá ser comunicada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** para análise e nova pactuação.

Para que o cronograma seja flexível e atenda tanto a áreas pequenas quanto a grandes reformas, o ideal é trabalhar com **percentuais (%) de tempo** em vez de dias fixos. Assim, você mantém - se a lógica técnica independentemente da metragem.

Abaixo, apresento um modelo de cronograma aplicável para qualquer prazo entre **30 e 90 dias (somente sugestão)**:

**Gargalo do Polimento:** Em metragens maiores, a etapa **4.0** é a que mais consome tempo, pois as máquinas possuem um rendimento diário fixo de m<sup>2</sup>. Para prazos próximos a **90 dias**, a Contratada deve utilizar mais de uma equipe/equipamento simultaneamente.

**Sequenciamento:** O cronograma deve ser executado de forma escalonada. Enquanto uma sala está em "Cura" (Etapa 3), o corredor já pode estar em "Preparação" (Etapa 2), otimizando o prazo total.

### 6.3. MOBILIZAÇÃO RURAL E DISTRITOS

A contratada deverá prever autonomia de transporte, alojamento e alimentação para suas equipes, bem como o fornecimento de água e energia caso a unidade escolar possua restrições técnicas momentâneas, independente do lote a ser executado.

### 6.4. DOS ENDEREÇOS PARA ENTREGA E INSTALAÇÃO

#### **ZONA URBANA LOTE 01**

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria De Lourdes E Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
E.m.e.i. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Zenir De Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmente Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Primavera	Residencial Primavera, localizada na BR 364, linha que passa ao lado do Auto Posto Marques, setor 8, Jaru/RO.
Secretaria Municipal De Educação	Av Padre Adolpho Rolh, nº 976, setor 02, Jaru/RO
CEMATE	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;

#### **ZONA RURAL LOTE 02**

**Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do**

município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
Escola Bom Jesus	Estrada Linha 610, Km 30, no distrito de Bom Jesus, em Jaru - RO.	34,8 km (do centro de Jaru) (40 minutos)

#### **TARILANDIA/JARU UARU LOTE 03**

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru - Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

#### **6.5. PRAZO DE EXECUÇÃO**

Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) específica para cada unidade escolar, a Contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para iniciar os serviços.

Considerando a necessidade de deslocamento de equipes e equipamentos pesados, o prazo de execução contratual terá seu termo inicial fixado no 5º (quinto) dia útil posterior ao envio da Ordem de Serviço. Este intervalo de 05 (cinco) dias úteis configura prazo de mobilização, não sendo imputado à contratada qualquer responsabilidade por atraso na execução durante este período. A finalidade é assegurar que a empresa disponha de tempo hábil para organizar o canteiro e receber materiais sem que isso comprometa o prazo estipulado para a conclusão da obra, garantindo, assim, a qualidade e a tempestividade do serviço final.

O prazo de execução será definido individualmente para cada Unidade Escolar (ou grupo de unidades), de acordo com o **CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO** após a vistoria técnica prévia mencionada no item 6.1.

O prazo de execução poderá variar entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada solicitada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés curvos) e das condições climáticas ou pedagógicas do local.

O prazo de execução poderá ser suspenso por determinação da Fiscalização em caso de chuvas intensas (para áreas externas/lote rural), atrasos na liberação de áreas pela escola ou motivos de força maior, devidamente registrados.

A forma de estabelecer o prazo de execução foi com base na natureza do **piso granilite**, que exige etapas rigorosas de cura química e polimento sequencial. Diferente de pisos cerâmicos de encaixe, o granilite é moldado *in loco*, e seu rendimento é condicionado ao tempo de secagem do cimento e à capacidade operativa das máquinas politrizes (estimada em média 30m² a 50m² de polimento acabado/dia por equipe)."

No caso de áreas externas ou com incidência solar, a Contratada deve prever a cura úmida (molhar o piso nos primeiros dias), o que deverá estar contemplado no prazo estipulado.

Para metragens acima de 700m², a Contratada fica obrigada a manter, no mínimo, duas equipes completas de polimento para cumprir o cronograma.

#### **Tabela de Referência: Prazo de Execução x Metragem**

Área Total Estimada (m²)	Prazo Máximo de Execução	Justificativa Técnica
Até 300 m²	30 dias	Área de pequeno porte; permite execução em frente única de trabalho.
De 301 a 700 m²	50 dias	Exige escalonamento entre salas e áreas comuns para garantir a cura.

De 701 a 1.200 m <sup>2</sup>	60 dias	Necessidade de múltiplas frentes de polimento mecanizado simultâneas.
Acima de 1.200 m <sup>2</sup>	90 dias	Grande porte; exige logística complexa de materiais e tempo de cura em larga escala.

#### 6.6. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA (CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307/2002)

- **Classificação e Segregação:** A Contratada é a única responsável pela segregação e acondicionamento na origem dos resíduos gerados (sobras de massa, embalagens de cimento, recortes de filetes de PVC e lama resultante do polimento mecanizado).
- **Coleta da "Lama de Polimento":** Durante o processo de polimento mecanizado do granilite, a Contratada deverá utilizar métodos que minimizem a dispersão de pó e lama. A água servida com resíduos minerais (pasta de cimento) jamais deverá ser descartada diretamente na rede de esgoto pluvial ou sanitário da escola, devendo ser recolhida, decantada e tratada, ou descartada em local apropriado para evitar entupimentos.
- **Remoção de Entulhos:** Todo o entulho gerado deverá ser removido da unidade escolar em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua geração, sendo proibido o acúmulo em pátios, quadras ou áreas de circulação de alunos.
- **Destinação Final Adequada:** O transporte e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos deverão ocorrer estritamente em PEV, Central de Triagem ou aterro de resíduos da construção civil licenciado, em local previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jaru/RO, vedado qualquer descarte em áreas de bota-fora ou locais não autorizados.
- **Comprovação:** A Contratada deverá manter à disposição da fiscalização os comprovantes de descarte e a emissão do MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) eletrônico via SINIR, ou documento equivalente homologado pelo órgão ambiental, sempre que solicitado, sob pena de retenção da medição.

##### 6.6.2. AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (ART. 45, II, LEI Nº 14.133/2021):

- **Horário de Ruído:** A execução dos serviços de polimento mecanizado e corte de filetes deverá respeitar rigorosamente a legislação urbanística local e os limites de ruído em zonas escolares, priorizando horários que não interfiram nas atividades pedagógicas.
- **Contenção de Poluição Volátil:** A Contratada deverá instalar barreiras físicas temporárias (lonas/tapumes) nas áreas de execução para impedir a dispersão de poeira e partículas para as propriedades vizinhas e demais dependências da escola.
- **Organização Logística:** A carga e descarga de materiais e insumos deverão ser planejadas para não obstruir o tráfego nas vias públicas lindeiras e garantir a segurança dos pedestres e da comunidade escolar.

##### 6.6.3. ECOEFICIÊNCIA E REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS (ART. 45, III, LEI Nº 14.133/2021):

- **Equipamentos Eficientes:** A Contratada deverá utilizar maquinários e equipamentos de polimento de alta eficiência energética que comprovem menor consumo de energia elétrica.
- **Racionalização de Recursos Naturais:** Deverão ser adotados métodos que priorizem a ecoeficiência, como o uso racional da água no polimento, preferencialmente utilizando sistemas de recirculação ou técnicas que minimizem o desperdício de recursos hídricos.
- **Produtos Sustentáveis:** Os materiais e insumos utilizados na execução do granilite e fulget (como resinas, seladores e cimentos) deverão, sempre que disponível no mercado, possuir certificações ambientais ou comprovação de baixa toxicidade e menor impacto ambiental.

##### 6.6.4. LIMPEZA PÓS-OBRA:

- **Entrega Definitiva:** A entrega definitiva do serviço em cada escola só será aceita após a limpeza fina da área executada, com a remoção total de respingos de resina, pó de polimento ou restos de cimento de paredes e esquadrias.

#### 6.7. FISCALIZAÇÃO



A fiscalização da entrega do material será realizada por integrantes das Comissões Técnicas para Recebimento da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

A equipe será responsável pela anotação de todas as ocorrências e deficiências, entre outras anotações que julgar necessárias, em relatório, que deverá ser emitido em duas vias. Uma via deverá ser arquivada na Secretaria interessada, para acompanhamento, e a outra via deverá ser entregue a contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, quando o caso exigir.

As exigências da fiscalização e a atuação da Comissão de Recebimento de Materiais da Prefeitura Municipal de Jaru/RO, em qualquer etapa da execução do contrato, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne o atendimento ao contrato.

A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021);

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021);

A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021);

O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).

O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021);

O(A) Contratado(a) será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 118 da Lei nº. 14.133/2021);

O(A) Contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021);

Somente o(a) Contratado(a) será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021);

A inadimplência do(a) contratado(a) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021);

As comunicações entre a Administração e o(a) contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail;

A Administração poderá convocar representante do(a) licitante para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

O(A) Contratado(a) deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato administrativo (art. 118 da Lei nº 14.133/2021);

A indicação ou a manutenção do preposto do(a) Contratado(a) poderá ser recusada pelo contratante, desde que devidamente justificada, devendo o(a) contratado(a) designar outro para o exercício da atividade, no prazo indicado pelo fiscal;

Após a assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante do(a) Contratado(a) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**7.1.1.** A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**7.1.2.** As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

**7.1.3.** Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

**7.1.4.** Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

**7.1.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **7.3. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

**7.3.1.** O contrato terá vigência máxima de até 120 dias, cujo prazo exato dependerá diretamente do período de execução contratual (variável entre 30 e 90 dias) contados da data de sua assinatura, tratando-se de contratação de serviço de engenharia com escopo predefinido, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Os prazos definitivos de execução e vigência serão formalmente informados e estabelecidos no momento da abertura de cada respectivo processo filhote.

**7.3.2.** Nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, desde que o atraso seja motivado por circunstâncias alheias à vontade da Contratada.

**7.3.3.** Para fins do item anterior, a alteração dos prazos do cronograma de execução original deverá ser formalizada por instrumento próprio (apostilamento ou termo aditivo), mediante solicitação justificada da Contratada ou por iniciativa da Administração, mantendo-se as demais condições contratuais.

**7.3.4.** Esclarece-se que o objeto desta contratação (fornecimento e execução de piso granilite, fulget e rodapé hospitalar) possui natureza jurídica de serviço por escopo certo e determinado, não se submetendo ao regime de prorrogações sucessivas aplicável aos serviços contínuos.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

Os marcos contratuais ficarão definidos de acordo com o cronograma de execução que poderá ser de 30, 60 e até 90 dias após a expedição da Ordem de Serviço, sendo estes os prazos nos quais poderão ser apresentadas medições para pagamento de percentuais já executados. O recebimento provisório ocorrerá nos marcos supracitados, após confirmação do serviço executado, conforme disposto no artigo 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, o piso que apresentar descolamento ("som cavo"), fissuras estruturais por falta de juntas, ou rodapés que não apresentem a curvatura hospitalar exigida, devendo a Contratada refazer o serviço às suas expensas.

O Recebimento Definitivo ocorrerá em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as eventuais pendências (trincas, falhas de polimento ou limpeza pós-obra).

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

### **8.2. LIQUIDAÇÃO**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será por **LOTE**.

### 9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

No(s) lote(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º

da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

### 9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

**BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados



por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a

LG= Liquidez Geral igual ou superior a

SG= Solvência Geral igual ou superior a

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

## **DO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

### **• DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 01**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 01**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 01** os seguintes serviços:

**I fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas)**, com quantitativo estimado de **16.049 m²**;

**II fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas)**, com quantitativo estimado de **4.012 m²**;

**III fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite**, com quantitativo estimado de **10.827 m**.

Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

**I 8.024,50 m²** de execução de Piso Granilite Polido;

**II 2.006,00 m²** de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;

**III 5.413,50 m** de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.

### **• DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 02**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 02**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 02** os seguintes serviços:

I **fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas)**, com quantitativo estimado de **3.439 m²**;

II **fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas)**, com quantitativo estimado de **860 m²**;

III **fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite**, com quantitativo estimado de **2.321 m**.

Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

I **1.719,50 m²** de execução de Piso Granilite Polido;

II **430,00 m²** de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;

III **1.160,50 m** de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.

### **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LOTE 03**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar **01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços **compatíveis e semelhantes** ao objeto do **Lote 03**, em características, complexidade técnica e métodos executivos, especialmente quanto à execução de revestimento monolítico em granilite moldado in loco, com polimento mecanizado, acabamento antiderrapante/fulget e rodapé curvo hospitalar.

Considerando a natureza do objeto e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ficam definidas como **parcelas de maior relevância técnica** do **Lote 03** os seguintes serviços:

I **fornecimento e execução de Piso Granilite Polido (áreas internas)**, com quantitativo estimado de **2.292 m²**;

II **fornecimento e execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (áreas externas e rampas)**, com quantitativo estimado de **573 m²**;

III **fornecimento e execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite**, com quantitativo estimado de **1.553 m**.

Nos termos do § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação poderá se limitar a até **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica. Dessa forma, os licitantes deverão comprovar experiência anterior, no mínimo, nos seguintes quantitativos:

I **1.146,00 m²** de execução de Piso Granilite Polido;

II **286,50 m²** de execução de Piso Granilite Antiderrapante/Fulget;

III **776,50 m** de execução de Rodapé Hospitalar Curvo em Granilite.

Será **admitido o somatório de atestados**, desde que os documentos apresentados demonstrem, em conjunto, a experiência mínima exigida para o respectivo lote, preservada a compatibilidade com o objeto licitado.

Na hipótese de a licitante participar de mais de um lote, poderá apresentar um ou mais atestados que, individualmente ou em conjunto, comprovem a capacidade técnico-operacional exigida para cada lote, observados os valores mínimos acima estabelecidos.

Os atestados deverão conter, de forma clara e objetiva, no mínimo, as seguintes informações:

I identificação do contratante e da contratada;

II descrição do objeto executado, com elementos suficientes para aferição da **similaridade e compatibilidade** com o objeto licitado;

III indicação de que houve **fornecimento e instalação** de vidros temperados, ou de objetos similares em características e finalidade;

IV período de execução;

V valor da contratação executada, ou outro elemento objetivo que permita aferir a remuneração correspondente; e

VI declaração expressa de que os serviços e/ou fornecimentos foram executados de forma satisfatória.

A exigência ora estabelecida tem por finalidade assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia compatível com o vulto econômico e com as condições de execução do objeto, em observância ao disposto no **art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021**, preservando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Os atestados e/ou certidões deverão ser apresentados em documento formal emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados por representante legal ou autoridade competente, admitida a apresentação em meio físico ou eletrônico, nos termos da legislação vigente.

A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos complementares destinados à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que lhes deu origem, notas fiscais, ordens de serviço, comprovantes de execução, contatos do emitente, endereço do local da prestação ou outros elementos pertinentes, com vistas à adequada instrução do processo e à proteção do interesse público.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes de aquisições realizadas diretamente pelas escolas, no âmbito de sua gestão descentralizada, serão custeadas com recursos consignados no **PRÓ EDUCAÇÃO**, programa municipal que destina verbas próprias para atender às necessidades de cada unidade de ensino. Trata-se de recursos cuja execução orçamentária é descentralizada, cabendo à direção de cada escola, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, proceder à requisição dos serviços de instalação de piso granilite conforme suas prioridades internas e disponibilidade financeira, observados os limites de sua cota orçamentária.

A descentralização dos recursos do **PRÓ EDUCAÇÃO** confere agilidade e eficiência à gestão escolar, permitindo que as necessidades mais prementes de cada unidade sejam atendidas de forma tempestiva, sem a necessidade de intermediação burocrática da administração central. No entanto, essa descentralização não afasta a observância das normas gerais de execução orçamentária. Assim, quando a escola, no uso de sua autonomia, decidir pela contratação dos serviços previstos na ata de registro de preços, deverá indicar expressamente a fonte de recurso correspondente vinculada ao **PRÓ EDUCAÇÃO** no momento da emissão do respectivo empenho, assegurando-se, com isso, a regularidade do processo de despesa.

Quanto aos materiais e/ou serviços que venham a ser solicitados diretamente pela **Secretaria Municipal de Educação (SEMED)**, a sistemática será igualmente pautada pela flexibilidade que caracteriza o registro de preços. A SEMED, no exercício de suas competências institucionais e no atendimento às demandas que lhe são apresentadas, poderá adquirir o objeto da ata sempre que caracterizada a necessidade e a conveniência administrativa. No momento da efetivação de cada aquisição, deverá ser indicada a fonte de recurso específica que suportará a despesa, a qual poderá variar conforme a natureza da demanda, a disponibilidade orçamentária do momento e as prioridades estabelecidas pela gestão.

É importante ressaltar que a indicação da fonte de recurso apenas no momento da aquisição efetiva, longe de representar qualquer irregularidade ou omissão, constitui prática absolutamente consentânea com a natureza do registro de preços e com as melhores práticas de gestão orçamentária.

## 11. DEVERES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR;

**Realizar a remoção integral dos revestimentos cerâmicos existentes no local da instalação, garantindo a entrega da base (piso) devidamente limpa, isenta de resíduos de argamassa e o mais nivelada possível para a aplicação do granilite e realizar o descarte definitivo de todos os resíduos (entulhos) gerados nessa etapa, entregando a área livre e desembaraçada para o início dos serviços da Contratada;**

Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. DEVERES DA CONTRATADA**

Manter, durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação pública, ou para a qualificação, na contratação administrativa direta;

Cumprir, caso obrigado por lei, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz;

Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato administrativo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato administrativo;

A indicação ou a manutenção do preposto do Contratante poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato administrativo ou autoridade superior (inciso II do art. 137 da Lei nº. 14.133/2021);

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato administrativo, fornecendo os materiais, insumos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato administrativo os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto;

Reparar, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (ex: trincas excessivas, descolamento de rodapés ou falhas no polimento) dentro do prazo de garantia legal;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato (parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato administrativo, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

Comunicar ao fiscal do contrato administrativo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato administrativo;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive materiais e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

Fornecer e exigir o uso de **EPIs** (botas, luvas, máscaras contra pó, protetores auriculares) e instalar sinalização de segurança (**EPCs**) para isolar as áreas de obra, especialmente em unidades escolares com presença de alunos;

Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento pelo Contratante;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados ao patrimônio público (paredes, portas, vidros) ou a terceiros durante a execução, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus colaboradores.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, materiais e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do(a) Contratado(a);

Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;



Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;  
Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o(a) Contratado(a) relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

Obter junto aos órgãos competentes, conforme e quando for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

Cumprir fielmente o cronograma execução aprovado, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência que possa atrasar a entrega das escolas de Jaru e distritos.

**Responsabilizar-se pela regularização fina e nivelamento definitivo da base após a remoção dos revestimentos cerâmicos pela Contratante; caberá à Contratada a aplicação de massa de regularização ou lastro necessário para corrigir eventuais imperfeições, depressões ou acíves remanescentes, garantindo que a superfície esteja perfeitamente plana e técnica para a execução do granilite, sem ônus adicional à Administração;**

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, mesmo que estes só se manifestem após a entrega pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

#### **12.1) DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS COLABORADORES ALOCADOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Aplica-se o presente item às contratações cujo objeto envolva atividades com crianças e adolescentes, bem como às hipóteses em que empregados, prepostos, terceirizados ou demais colaboradores da futura contratada tenham acesso habitual, direto ou indireto, a unidades, ambientes, programas, ações ou serviços destinados ao público infantojuvenil.

A CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente e para o início da execução, apresentar as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores que serão alocados na execução do objeto, mantendo-as atualizadas durante toda a vigência contratual, com renovação mínima a cada 06 (seis) meses, nos termos do art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compete ainda à CONTRATADA manter, ainda, cadastro atualizado dos profissionais vinculados à execução contratual, com identificação do nome, função, vínculo com a empresa, local de atuação e datas de apresentação e atualização das certidões.

Sempre que houver substituição, inclusão ou remanejamento de colaboradores para atuação no objeto contratual, a contratada deverá apresentar previamente a respectiva documentação do novo profissional, observadas as mesmas exigências deste item.

A obrigação prevista neste tópico alcança também eventuais subcontratadas, terceirizadas, parceiras operacionais ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que disponibilizem mão de obra para execução do objeto.

A CONTRATADA deverá franquear à Administração, sempre que solicitada, o acesso à documentação comprobatória necessária à fiscalização do cumprimento desta obrigação, observado o dever de tratamento adequado das informações pessoais e a finalidade exclusiva de controle contratual e proteção do público atendido.

O descumprimento desta obrigação poderá ensejar, conforme a gravidade do caso e observados o contraditório e a ampla defesa, impedimento do início da execução, determinação de substituição do colaborador irregular, aplicação das

penalidades contratuais cabíveis, inclusive advertência, multa, rescisão contratual e demais consequências previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

A presente exigência decorre da necessidade de atendimento ao art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente e à Notificação Recomendatória Conjunta Circular nº 01/2026/MPC/MPE, considerando que a execução do objeto envolve contato direto ou indireto com crianças e adolescentes.

## 12.2. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE FORNECIMENTO

Para os **Lotes 02 (Zona Rural)** e **03 (Tarilândia e Jaru-Uaru)**, a Contratada declara estar ciente das condições de acesso e distâncias, sendo de sua inteira responsabilidade o transporte de materiais, maquinários e equipes, bem como a logística de alimentação e alojamento, não cabendo qualquer pleito de reequilíbrio financeiro por dificuldades logísticas previstas;

Considerando o regime pluviométrico da região, a Contratada deverá adotar medidas de proteção (lonas ou coberturas provisórias) para garantir a cura do granilite em áreas externas e rampas. A paralisação por chuvas só será aceita mediante registro fotográfico no **Diário de Obra** e validação da fiscalização, suspendendo-se a contagem do prazo de execução apenas nos dias de impossibilidade técnica comprovada;

A execução dos serviços não poderá interromper o calendário letivo, exceto se houver prévia e expressa anuência da Secretaria Municipal de Educação;

Serviços ruidosos e que gerem poeira intensa deverão ser priorizados para horários de contraturno, finais de semana ou feriados, sem ônus adicional para o Município;

A Contratada deverá realizar o isolamento físico das áreas em obra. Danos causados a pinturas existentes, vidros, portas ou mobiliário escolar durante o polimento mecanizado deverão ser reparados pela Contratada às suas expensas, antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

É terminantemente proibido o descarte da "nata" ou "lama" resultante do polimento nas canaletas pluviais, pátios ou jardins das escolas. A Contratada deverá promover o recolhimento e descarte ambientalmente adequado destes resíduos, sob pena de multa e interrupção imediata dos serviços;

O prazo de garantia para os pisos e rodapés executados será de, no mínimo, **05 (cinco) anos**, contados a partir do Recebimento Definitivo, cobrindo defeitos de aderência (piso oco), trincas estruturais por falha de traço ou descolamento de juntas.

Nos locais onde houver revestimento cerâmico existente, a Contratante deverá realizar a remoção completa do piso e da base de assentamento.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

- 13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (vinte por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

#### **14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

#### **15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

#### **16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

##### **17.1. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA**

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

## **19. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?**

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

## **20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

Em observância ao Mapa de Riscos da contratação, a Administração identificou os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução do objeto e incorporou, no presente Termo de Referência e nos demais atos do processo, as medidas necessárias à sua mitigação. O tratamento dos riscos foi estruturado de forma compatível com a natureza da contratação, voltada ao fornecimento e à execução de piso granilite polido em áreas internas, piso granilite antiderrapante/Fulget em áreas externas e rampas, e rodapé hospitalar curvo em granilite, para atendimento das unidades escolares da rede municipal, inclusive zona urbana, zona rural e distritos, com execução por unidade após vistoria técnica, orçamento prévio e emissão de ordem de serviço.

Na fase de planejamento, o processo enfrentou os riscos relacionados à divergência dos quantitativos por escola, à insuficiência das especificações técnicas, à logística dos lotes, à compatibilidade do cronograma com o calendário escolar e à delimitação das responsabilidades sobre a base e a gestão de resíduos. Para isso, o Termo de Referência já apresenta descrição técnica detalhada do piso granilite polido, do acabamento Fulget e do rodapé hospitalar curvo, com definição de traço, espessura, juntas, acabamento, desempenho e finalidade, bem como justificativa técnica da divisão geográfica em lotes, estimativas de quantitativos, parâmetros de execução por unidade e exigência de vistoria técnica e orçamento prévio antes da ordem de serviço. Também foram incorporadas providências voltadas à individualização dos cronogramas, ao planejamento das etapas críticas fora do horário letivo, ao isolamento das áreas de trabalho e ao tratamento prévio das condições locais de execução.

Na fase de seleção do fornecedor, foram previstas medidas destinadas a preservar a competitividade e a assegurar a escolha de empresa efetivamente apta a executar os serviços com a complexidade exigida. O processo passou a contemplar qualificação técnico-operacional por lote, com definição objetiva das parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos de comprovação, além da exigência de compatibilidade dos atestados com serviços de granilite moldado in loco, acabamento antiderrapante/Fulget e rodapé curvo hospitalar. Houve, ainda, tratamento dos riscos de proposta inexequível, habilitação técnica genérica, baixa competitividade e divergências entre anexos, com previsão de análise da exequibilidade, confronto entre preço, prazo e logística, registro da análise técnica e revisão da coerência documental da contratação.

Na execução contratual, o Termo de Referência já incorporou mecanismos de controle aptos a mitigar os riscos de atraso no fluxo de vistoria, orçamento e ordem de serviço, paralisações por logística ou chuvas, trincas, descolamentos e som cavo no piso, riscos à segurança de alunos e servidores e descarte irregular de lama e resíduos. O instrumento prevê cronograma individualizado por unidade, prazo de mobilização, regras específicas para unidades rurais e distritais, obrigação de isolamento e sinalização das áreas, priorização de serviços mais ruidosos em contraturno, controle da cura e do polimento, gestão ambientalmente adequada dos resíduos, possibilidade de rejeição do objeto quando houver falhas de aderência ou desconformidades técnicas, recebimento provisório e definitivo mediante verificação detalhada e garantia mínima de cinco anos para pisos e rodapés executados. Soma-se a isso o compromisso expresso da SEMED com fiscalização ativa em campo, com apoio da engenharia, para validação da base, monitoramento das juntas de dilatação e controle do descarte dos resíduos gerados.



Dessa forma, registra-se que os riscos mapeados para a presente contratação não foram apenas identificados, mas devidamente tratados por medidas preventivas, de controle e de resposta já incorporadas ao Termo de Referência e ao processo administrativo. As soluções adotadas contemplam especificações técnicas mínimas, critérios de execução e aceitação, vistoria e orçamento prévios por unidade, análise da capacidade técnica do fornecedor, controle da logística e do cronograma, fiscalização contínua da obra, gestão de resíduos, possibilidade de recusa e refazimento dos serviços em desconformidade, além de vinculação do recebimento e do pagamento ao efetivo adimplemento contratual, conferindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 28 de maio de 2026.

**CLEIDE GONCALVES LEITE PRATES**  
Secretária Municipal de Educação

**Elaborado por:**  
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO  
ASSESSOR DE EXPEDIENTE DE COMPRAS

**APÊNDICE DO ANEXO I  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**

Estudo Técnico Preliminar 132/2026

**1. Informações Básicas**

Número do processo: 1-6099/2026

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação decorre da necessidade da Secretaria Municipal de Educação — SEMED de promover a recuperação, padronização e modernização dos pisos das unidades que compõem a rede municipal de ensino, incluindo escolas municipais, CEMATE e Conselho Municipal de Educação. O PMS informa que os pisos atualmente existentes apresentam degradação em diferentes níveis, com trincas, descolamentos, desgaste acentuado, perda de nivelamento e risco de acidentes à comunidade escolar.

A manutenção das condições atuais compromete a segurança, a higiene, a acessibilidade e a funcionalidade dos ambientes escolares, especialmente em locais de grande circulação de alunos, servidores e demais usuários. Além disso, pisos deteriorados dificultam a limpeza adequada, favorecem o acúmulo de sujidades e prejudicam a conservação dos espaços destinados às atividades pedagógicas e administrativas.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar ambientes escolares mais seguros, salubres, duráveis e adequados ao uso intensivo diário, mediante fornecimento e execução de piso granilite polido em áreas internas, piso granilite antiderrapante/fulget em áreas externas e rampas, e rodapé hospitalar curvo em granilite. A solução pretendida busca reduzir a necessidade de manutenções corretivas recorrentes, ampliar a vida útil dos revestimentos e proporcionar melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades educacionais no Município de Jaru/RO.

**3. Área requisitante****Área Requisitante****Responsável**

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

CLEIDE GONÇALVES LEITE PRATES

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá observar a necessidade previamente identificada pela Secretaria Municipal de Educação — SEMED, consistente na recuperação, padronização e modernização dos pisos das unidades escolares, CEMATE e Conselho Municipal de Educação, mediante fornecimento e execução de piso granilite polido em áreas internas, piso granilite antiderrapante/fulget em áreas externas e rampas, e rodapé hospitalar curvo em granilite. Os serviços deverão atender às especificações técnicas previstas no PMS, especialmente quanto à espessura mínima, composição do material, preparo da base, execução das juntas, acabamento, polimento, aplicação de selador/resina, resistência, segurança e facilidade de higienização.

A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, incluindo experiência anterior em serviços semelhantes, disponibilidade de equipamentos adequados, equipe qualificada, responsável técnico habilitado e registro ou inscrição no conselho profissional competente, quando exigível. Deverá, ainda, observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as relacionadas à acessibilidade, segurança, execução de pisos, proteção das áreas em obra e uso de EPIs e EPCs, garantindo a integridade de alunos, servidores e demais usuários das unidades atendidas.

A execução deverá ocorrer conforme demanda da Administração, precedida de vistoria técnica em cada unidade, elaboração de orçamento detalhado com os quantitativos reais e apresentação de cronograma específico, observando os prazos definidos conforme metragem, complexidade técnica e condições logísticas do local. A contratada deverá prever mobilização adequada para atendimento das unidades urbanas, rurais e distritais, assumindo os custos de transporte, alimentação, alojamento, equipamentos, materiais e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

Também deverão ser exigidas regularidade jurídica, fiscal, previdenciária, trabalhista e econômico-financeira da empresa, incluindo inscrição no CNPJ, atos constitutivos, certidões de regularidade, comprovação de idoneidade e demais documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório. Quando aplicável, poderão ser solicitadas licenças, autorizações, registros técnicos, declaração de conhecimento das condições locais e demais documentos específicos necessários à regular execução do objeto.

Durante a execução contratual, a Administração deverá acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços, verificando o cumprimento do cronograma, a conformidade dos materiais empregados, o acabamento final, a aderência do piso, a inexistência de trincas, falhas de polimento ou descolamentos, bem como a correta destinação dos resíduos gerados. O recebimento somente deverá ocorrer após vistoria, limpeza final, correção de eventuais inconformidades e comprovação de que o serviço foi executado conforme as especificações técnicas e condições pactuadas.

## **5. Levantamento de Mercado**

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas alternativas disponíveis para recuperação e padronização dos pisos das unidades da rede municipal de ensino, considerando a demanda por revestimento de alta durabilidade, fácil higienização, segurança ao tráfego intenso e baixo custo de manutenção ao longo do tempo. A solução pretendida contempla o fornecimento e a execução de piso granilite polido para áreas internas, piso granilite antiderrapante/fulget para áreas externas e rampas, bem como rodapé hospitalar curvo em granilite, conforme especificações técnicas constantes no PMS.

Foram consideradas alternativas como a manutenção dos pisos existentes, a substituição por revestimentos cerâmicos convencionais, a execução de outros tipos de piso industrial e a adoção do granilite como solução padronizada. A simples manutenção dos pisos atuais não se mostra suficiente, diante da existência de trincas, descolamentos, desgaste, perda de nivelamento e risco de acidentes. Já os revestimentos cerâmicos, embora comuns no mercado, podem apresentar maior incidência de quebras, descolamentos, rejuntas deterioradas e necessidade de manutenções corretivas recorrentes em ambientes escolares de tráfego intenso.

O piso granilite apresenta-se como solução mais adequada à realidade das unidades escolares, por ser revestimento monolítico, resistente, durável, de fácil limpeza e compatível com ambientes de alta circulação. A possibilidade de acabamento polido para áreas internas e acabamento antiderrapante

/fulget para áreas externas, rampas e locais sujeitos à umidade permite atender tanto às necessidades de higiene e conservação quanto às exigências de segurança e acessibilidade. Além disso, o rodapé hospitalar curvo contribui para a eliminação de cantos vivos e facilita a higienização dos ambientes escolares.

No mercado, os serviços pretendidos são prestados por empresas especializadas em pisos industriais, revestimentos monolíticos e serviços de engenharia correlatos, com capacidade para mobilizar equipamentos de preparo de base, aplicação, cura, polimento, estucamento, selagem e acabamento. Considerando a abrangência territorial da contratação, que envolve unidades urbanas, rurais e distritais, a divisão em lotes geográficos mostra-se adequada para refletir os diferentes custos logísticos, ampliar a competitividade e permitir melhor planejamento da execução.

Diante das alternativas avaliadas, verifica-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento e execução de piso granilite, conforme demanda e por lotes geográficos, representa a solução mais vantajosa para a Administração, por conciliar durabilidade, segurança, padronização, facilidade de manutenção, adequação sanitária e melhor relação custo-benefício para a rede municipal de ensino.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e execução de piso granilite nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação — SEMED, abrangendo piso granilite polido para áreas internas, piso granilite antiderrapante/fulget para áreas externas e rampas, bem como rodapé hospitalar curvo em granilite. A contratação visa atender escolas municipais, CEMATE e Conselho Municipal de Educação, conforme as necessidades identificadas pela Secretaria e os quantitativos estimados no PMS.

A execução deverá observar as especificações técnicas definidas para cada item, incluindo preparo adequado da base, aplicação de ponte de aderência, execução do revestimento monolítico moldado in loco, instalação de juntas, cura, polimento, estucamento, aplicação de selador/resina e acabamento final. Para as áreas externas, rampas e locais sujeitos à umidade, deverá ser utilizado acabamento antiderrapante/fulget, garantindo maior segurança aos usuários e atendimento às condições de acessibilidade.

A solução será organizada por lotes geográficos, contemplando unidades localizadas na zona urbana, zona rural e distritos de Tarilândia e Jaru-Uaru, de modo a considerar as diferenças logísticas, distâncias, condições de acesso e mobilização de equipes e equipamentos. A execução ocorrerá conforme demanda da Administração, mediante vistoria prévia em cada unidade, definição dos quantitativos reais, aprovação do orçamento específico e apresentação de cronograma individualizado.

A contratação mostra-se adequada por permitir a padronização dos pisos da rede municipal de ensino, com solução de elevada durabilidade, fácil higienização, menor necessidade de manutenção corretiva e melhor desempenho em ambientes escolares de grande circulação. Com a execução dos serviços, espera-se proporcionar ambientes mais seguros, salubres, acessíveis e funcionais para alunos, servidores e demais usuários das unidades educacionais do Município de Jaru/RO.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As áreas foram estimadas com base em projetos padrão de arquitetura escolar (referência FNDE), considerando que o granilite será aplicado em salas de aula, circulações, pátios e refeitórios.

**Porte Pequeno (1 unidade - CEMATE/CME):** Área estimada de 450 mZ total.

**Porte Médio (10 unidades):** Área estimada de 950 mZ por unidade.

**Porte Grande (8 unidades):** Área estimada de 1.850 mZ por unidade.

Multiplicamos o número de unidades de cada porte pela sua respectiva área média para obter o somatório da rede:

Área Bruta	$(1 \times 450) + (10 \times 950) + (8 \times 1850)$
Área Bruta	$450 + 9.500 + 14.800 = 24.750 \text{ mZ}$

Em obras de pavimentação com granilite, é indispensável a previsão de uma margem de 10% para perdas decorrentes de recortes, acabamentos de rodapés e regularização de níveis entre ambientes.

Área Bruta	$24.750 \times 1,10 = 27.225 \text{ mZ}$
------------	--

A presente contratação visa a execução de pavimentação em granilite em uma área total de **27.225 m<sup>2</sup>**, solução escolhida pela sua altíssima durabilidade, facilidade de higienização e baixo custo de manutenção a longo prazo, sendo o material mais adequado para o fluxo intenso de uma unidade escolar. A definição dos quantitativos baseou-se nos seguintes critérios técnicos: Divisão por Tipologia de Acabamento (Pisos Polido e Antiderrapante) - a área total foi subdividida para atender às normas de segurança e acessibilidade (**NBR 9050**), conforme a seguir:

Piso Granilite Polido (21.780 mZ): Destinado às áreas internas, como salas de aula, setores administrativos e laboratórios. O cálculo corresponde a **80% da área total**, garantindo uma superfície lisa que facilita a limpeza e assepsia.

Piso Granilite Antiderrapante/Fulget (5.445 mZ): Quantitativo estimado em **20% da área total**, destinado obrigatoriamente a rampas, escadas, pátios descobertos e acessos externos. Este critério visa prevenir acidentes em áreas sujeitas a intempéries ou inclinações, mantendo o índice de atrito necessário para a segurança dos alunos e usuários.

O quantitativo de rodapé curvo foi extraído através da aplicação de um coeficiente de proporcionalidade de **0,6 m linear por m<sup>2</sup>** de área de piso, índice referencial para edificações escolares que possuem alta fragmentação de ambientes (salas e corredores). **Cálculo:**  $(27.225 \text{ mZ} \times 0,6) = 16.335$  metros. Sobre este montante, aplicou-se uma **redução de 10%** para descontar vãos de portas, portões e passagens onde não há aplicação do material, resultando no valor final de 14.701 metros lineares. A opção pelo modelo hospitalar (curvo) justifica-se pela exigência sanitária de eliminar cantos vivos, impedindo o acúmulo de sujidades e proliferação de microrganismos.

Todos os itens foram calculados considerando o traço de 2:1 (duas partes de agregado para uma de cimento) e espessura de 10 mm, conforme as normas da **ABNT NBR 11803**, assegurando que a estrutura suporte o tráfego pesado sem fissuras precoces, otimizando o investimento público e evitando reformas corretivas a curto prazo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.121.463,75

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da contratação é de R\$ 4.121.463,75 (Quatro milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).

**Lote 01:** R\$ 3.028.179,99

**Lote 02:** R\$ 620.479,33

**Lote 03:** R\$ 472.804,43

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a solução admite parcelamento por lotes geográficos, tendo em vista que os serviços de fornecimento e execução de piso granilite serão realizados em diferentes unidades vinculadas à SEMED, distribuídas entre a zona urbana, zona rural e os distritos de Tarilândia e Jaru-Uaru. A divisão em lotes permite adequar a execução às particularidades logísticas de cada região, especialmente quanto às distâncias, condições de acesso, mobilização de equipes, transporte de materiais e deslocamento de equipamentos.

O parcelamento adotado mostra-se tecnicamente adequado, pois preserva a unidade da solução em cada região, mantendo no mesmo lote os serviços de piso granilite polido, piso granilite antiderrapante/fulget e rodapé hospitalar curvo, evitando a fragmentação excessiva da execução. Essa modelagem favorece a organização dos serviços, a compatibilidade entre as etapas, o controle da qualidade, a responsabilidade técnica da contratada e a fiscalização por unidade escolar atendida.

Além disso, a divisão por lotes geográficos tende a ampliar a competitividade e permitir propostas mais compatíveis com a realidade de cada localidade, evitando que custos logísticos de áreas mais distantes sejam indevidamente diluídos nos preços das unidades urbanas. Dessa forma, justifica-se o parcelamento da solução em lotes, conforme a localização das unidades atendidas, por se tratar de medida compatível com a eficiência, economicidade, planejamento da execução e adequada gestão dos riscos contratuais.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da presente solução, considerando que o fornecimento e a execução de piso granilite polido, piso granilite antiderrapante/fulget e rodapé hospitalar curvo em granilite poderão ser realizados por empresa especializada, conforme demanda da SEMED, mediante vistoria prévia, definição dos quantitativos reais por unidade escolar e emissão da respectiva ordem de serviço.

Registra-se, contudo, que a execução adequada dos serviços depende de providências operacionais prévias, especialmente a remoção dos revestimentos cerâmicos existentes, a limpeza da base, a liberação das áreas de trabalho e o descarte dos resíduos decorrentes dessa etapa, atribuições indicadas no PMS como responsabilidade da Administração/Contratante. Tais providências não configuram, neste momento, contratação interdependente, mas devem ser planejadas pela SEMED ou pelas unidades escolares antes do início dos serviços, a fim de evitar atrasos, paralisações ou prejuízo ao cronograma de execução.

A contratação também possui relação operacional com ações de manutenção predial, conservação das unidades escolares, adequação de acessibilidade, segurança dos usuários e gestão de resíduos sólidos. Caso, durante a execução, seja identificada a necessidade de serviços complementares não abrangidos pelo objeto, tais como reparos estruturais na base, adequações elétricas, hidráulicas, drenagem, acessibilidade ou intervenções civis adicionais, estas deverão ser avaliadas em procedimento próprio, sem prejuízo da continuidade da presente contratação, desde que não interfiram na regular execução do objeto principal.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Após análise do Plano de Contratações Anual — PCA, verificou-se que a contratação referente ao fornecimento e execução de piso granilite polido, piso granilite antiderrapante/fulget e rodapé hospitalar curvo em granilite não consta no referido instrumento de planejamento.



Embora a demanda não esteja previamente contemplada no PCA, a contratação demonstra alinhamento com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação — SEMED, especialmente quanto à recuperação, padronização e modernização da infraestrutura física das unidades escolares, do CEMATE e do Conselho Municipal de Educação. A solução proposta busca melhorar as condições de segurança, higiene, acessibilidade, durabilidade e funcionalidade dos ambientes educacionais, atendendo diretamente ao interesse público e à adequada prestação dos serviços educacionais no Município de Jaru/RO.

Quanto ao planejamento orçamentário, o PMS informa que as despesas decorrentes das solicitações realizadas diretamente pelas escolas poderão ser custeadas com recursos consignados no PRÓ EDUCAÇÃO, programa municipal destinado ao atendimento das necessidades próprias de cada unidade de ensino, no âmbito da gestão descentralizada. Assim, caberá à direção de cada escola, conforme suas prioridades internas e disponibilidade financeira, indicar a fonte de recurso correspondente no momento da efetiva requisição e emissão do empenho, observados os limites de sua cota orçamentária.

Em relação às demandas solicitadas diretamente pela SEMED, a indicação da fonte de recurso deverá ocorrer no momento da efetivação de cada aquisição ou contratação, conforme a natureza da demanda, a disponibilidade orçamentária e as prioridades estabelecidas pela gestão. Recomenda-se, contudo, que a ausência da contratação no PCA seja devidamente justificada nos autos, com a adoção das providências cabíveis para inclusão, atualização ou regularização do planejamento, assegurando maior segurança administrativa, orçamentária e processual à contratação.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação permitirá a recuperação, padronização e modernização dos pisos das unidades escolares vinculadas à SEMED, proporcionando ambientes mais seguros, resistentes, salubres e adequados ao uso diário por alunos, servidores e demais usuários. A substituição dos pisos deteriorados por revestimento em granilite contribuirá para reduzir riscos de acidentes decorrentes de trincas, desníveis, descolamentos e superfícies inadequadas.

A solução também trará benefícios quanto à higiene e à conservação dos espaços escolares, uma vez que o granilite possui superfície monolítica, de fácil limpeza e com menor acúmulo de sujidades, especialmente quando associado ao rodapé hospitalar curvo. Além disso, a utilização de acabamento antiderrapante em áreas externas, rampas e locais sujeitos à umidade favorecerá a acessibilidade e a segurança da comunidade escolar.

Sob o aspecto econômico e administrativo, espera-se maior durabilidade do revestimento, redução de manutenções corretivas recorrentes e melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do tempo. Dessa forma, a contratação contribuirá para a valorização da infraestrutura educacional, a melhoria das condições de ensino e aprendizagem e a oferta de ambientes escolares mais dignos, seguros e funcionais no Município de Jaru/RO.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Recomenda-se juntar aos autos a justificativa formal quanto à ausência da contratação no Plano de Contratações Anual — PCA, bem como adotar as providências cabíveis para inclusão, atualização ou regularização do planejamento.

Recomenda-se corrigir a divergência dos quantitativos constantes no PMS, especialmente a referência à quantidade de 10.000 mZ, uma vez que a memória de cálculo indica área total de 27.225 mZ de piso e 14.701 metros lineares de rodapé.

Recomenda-se confirmar expressamente o enquadramento do objeto como serviço comum de engenharia, caso essa seja a opção adotada, demonstrando que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no processo.

Recomenda-se esclarecer no Termo de Referência que, em cada contratação decorrente da ata, deverá ser indicada a fonte de recurso correspondente, especialmente quando utilizados recursos do PRÓ EDUCAÇÃO ou outra dotação definida pela SEMED no momento da demanda.

Recomenda-se exigir que cada Ordem de Serviço seja precedida de vistoria técnica, orçamento detalhado com os quantitativos reais da unidade e cronograma de execução aprovado pela fiscalização e pela direção escolar.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação poderá gerar impactos ambientais temporários durante a execução dos serviços, especialmente pela produção de resíduos de obra, sobras de massa, embalagens de cimento, filetes de PVC, poeira, ruídos, lama decorrente do polimento mecanizado e eventual utilização de seladores e resinas. Tais impactos são considerados controláveis, desde que a contratada adote medidas adequadas de organização do local, isolamento das áreas de trabalho, controle de poeira e ruído, limpeza contínua e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados.

Deverá ser vedado o descarte da lama ou nata resultante do polimento em redes pluviais, sanitárias, pátios, jardins ou áreas de circulação das unidades escolares, devendo a contratada promover o recolhimento, acondicionamento, transporte e destinação final em local autorizado. Também deverá ser evitado o acúmulo de entulhos nas escolas, especialmente em áreas de circulação de alunos e servidores, preservando a segurança, a salubridade e o regular funcionamento das atividades escolares.

Por outro lado, a contratação apresenta impactos ambientais positivos a médio e longo prazo, uma vez que o piso granilite possui alta durabilidade, baixa necessidade de substituição e menor demanda por manutenções corretivas frequentes. Assim, a solução tende a reduzir a geração futura de resíduos de reformas, otimizar o uso dos recursos públicos e contribuir para ambientes escolares mais seguros, higiênicos e sustentáveis.

## 15. Apontamentos do Mapa de Riscos

Após análise do Mapa de Riscos, verificam-se como principais pontos de atenção a definição dos quantitativos por unidade escolar, a capacidade técnica da contratada, a exequibilidade da proposta, a qualidade da execução do piso e a segurança durante os serviços nas unidades escolares.

Recomenda-se que cada Ordem de Serviço seja precedida de vistoria técnica, orçamento detalhado por unidade escolar e registro fotográfico das áreas, evitando divergências de quantitativos, atrasos e medições contestadas.

Recomenda-se exigir comprovação de capacidade técnica compatível com execução de piso granilite, fulget, polimento mecanizado e rodapé hospitalar curvo, com análise dos atestados e do responsável técnico.

Recomenda-se avaliar a exequibilidade das propostas, verificando se os preços contemplam mobilização, cura, polimento, resina, juntas, perdas, mão de obra e logística, evitando contratação com preço incompatível com a boa execução.

Recomenda-se condicionar a execução à aprovação prévia da base, com fiscalização das juntas, cura, polimento e acabamento, a fim de evitar trincas, descolamento, som cavo, retrabalho e recusa no recebimento.

Recomenda-se prever medidas de segurança nas unidades escolares, com isolamento das áreas, sinalização, rotas de fuga livres, uso de EPIs/EPCs e programação dos serviços para reduzir interferência nas aulas.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos confirmam a viabilidade técnica e a necessidade fundamentada da contratação, não sendo identificados óbices impeditivos ao prosseguimento do processo, desde que observadas as recomendações registradas neste Estudo Técnico Preliminar.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NICOLAS NISSOLA DIAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 18:34:50.*

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026**  
Modelo de Proposta Comercial  
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: ( ) SIM ( ) NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

**OBSERVAÇÃO:** A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data:        de        de 2026.

**Assinatura do Representante Legal**  
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026  
PROCESSO Nº 6099/PMJ/2026  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) de Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de Preços visando o FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

## **1. DO OBJETO**

1.1. **Registro de Preços visando o FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

## **3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026**.

## **4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.



4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## **4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

## **4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO**

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## **5. DA VIGÊNCIA DA ATA**

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

## **6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

## **6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

## **6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

## **6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

### **7.1. VISTORIA TÉCNICA E ORÇAMENTO PRÉVIO POR UNIDADE**

#### **7.1.1. ZONA URBANA LOTE 01**

7.1.1.1. Antes da emissão de cada Ordem de Serviço (OS), a Contratada será formalmente convocada a realizar o seguinte procedimento:

7.1.1.2. Após a convocação oficial para o atendimento de uma unidade escolar, a Contratada deverá comparecer ao local para realizar a vistoria técnica *in loco*, para a realização do Orçamento Detalhado com os quantitativos reais necessários para atender especificamente aquela unidade, respeitando os preços registrados em ata;

7.1.1.3. Imediatamente após a aprovação do orçamento pela Fiscalização/Secretaria solicitante, a Contratada deverá apresentar o Cronograma de Execução detalhado. Este documento deverá prever todas as etapas da obra, desde a preparação da base até a aplicação da resina final.

## 7.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.2.1. A Contratada deverá apresentar um cronograma de execução detalhado, elaborado especificamente para cada unidade escolar solicitada, observando as seguintes condições:

7.2.2. Individualização dos Prazos: Os prazos de execução serão definidos de forma individualizada por local/unidade, variando entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés) e das condições logísticas da escola.

7.2.3. Momento da Apresentação: O cronograma deve ser obrigatoriamente apresentado após a aprovação do orçamento prévio e antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), servindo como documento técnico indispensável para a formalização e determinação dos prazos de execução e vigência de cada etapa.

7.2.4. Segurança e Isolamento: Caso a execução ocorra simultaneamente às aulas, a Contratada deverá prever no cronograma o isolamento total das áreas de trabalho (com tapumes, cerquites ou sinalização apropriada), garantindo rotas de fuga desimpedidas e acesso seguro de alunos e servidores às salas de aula e sanitários.

7.2.5. Planejamento de Impacto: O planejamento deve adequar as etapas ruidosas (como o polimento mecanizado) e as etapas que geram poeira ou odores fortes de resina aos horários de funcionamento da unidade escolar, visando não prejudicar o ano letivo e garantir a integridade física da comunidade escolar.

7.2.6. Aprovação e Alterações: O cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização e da Direção Escolar. Qualquer alteração no fluxo de trabalho que impacte o prazo final de entrega deverá ser comunicada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** para análise e nova pactuação.

7.2.6. Para que o cronograma seja flexível e atenda tanto a áreas pequenas quanto a grandes reformas, o ideal é trabalhar com **percentuais (%) de tempo** em vez de dias fixos. Assim, você mantém - se a lógica técnica independentemente da metragem.

7.2.7. Abaixo, apresento um modelo de cronograma aplicável para qualquer prazo entre **30 e 90 dias (somente sugestão)**:

**7.2.8. Gargalo do Polimento:** Em metragens maiores, a etapa **4.0** é a que mais consome tempo, pois as máquinas possuem um rendimento diário fixo de m². Para prazos próximos a **90 dias**, a Contratada deve utilizar mais de uma equipe/equipamento simultaneamente.

**7.2.9. Sequenciamento:** O cronograma deve ser executado de forma escalonada. Enquanto uma sala está em "Cura" (Etapa 3), o corredor já pode estar em "Preparação" (Etapa 2), otimizando o prazo total.

## 7.3. MOBILIZAÇÃO RURAL E DISTRITOS

7.3.1. A contratada deverá prever autonomia de transporte, alojamento e alimentação para suas equipes, bem como o fornecimento de água e energia caso a unidade escolar possua restrições técnicas momentâneas, independente do lote a ser executado.

## 7.4. DOS ENDEREÇOS PARA ENTREGA E INSTALAÇÃO

### 7.4.1. ZONA URBANA LOTE 01

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;

Maria De Lourdes E Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Elza Maria Fabris	Rua Airton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
E.m.e.i. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO
Zenir De Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmante Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Primavera	Residencial Primavera, localizada na BR 364, linha que passa ao lado do Auto Posto Marques, setor 8, Jaru/RO.
Secretaria Municipal De Educação	Av Padre Adolpho Rolh, nº 976, setor 02, Jaru/RO
CEMATE	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;

#### 7.4.2. ZONA RURAL LOTE 02

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438, Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
Escola Bom Jesus	Estrada Linha 610, Km 30, no distrito de Bom Jesus, em Jaru - RO.	34,8 km (do centro de Jaru) (40 minutos)

#### 7.4.3. TARILANDIA/JARU UARU LOTE 03

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
D'-uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru - Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

#### 7.5. PRAZO DE EXECUÇÃO

7.5.1. Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) específica para cada unidade escolar, a Contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para iniciar os serviços.

7.5.2. Considerando a necessidade de deslocamento de equipes e equipamentos pesados, o prazo de execução contratual terá seu termo inicial fixado no 5º (quinto) dia útil posterior ao envio da Ordem de Serviço. Este intervalo de 05 (cinco) dias úteis configura prazo de mobilização, não sendo imputado à contratada qualquer responsabilidade por atraso na execução durante este período. A finalidade é assegurar que a empresa disponha de tempo hábil para organizar o canteiro e receber materiais sem que isso comprometa o prazo estipulado para a conclusão da obra, garantindo, assim, a qualidade e a tempestividade do serviço final.

7.5.3. O prazo de execução será definido individualmente para cada Unidade Escolar (ou grupo de unidades), de acordo com o **CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO** após a vistoria técnica prévia mencionada no item 6.1.

7.5.4. O prazo de execução poderá variar entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada solicitada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés curvos) e das condições climáticas ou pedagógicas do local.

7.5.5. O prazo de execução poderá ser suspenso por determinação da Fiscalização em caso de chuvas intensas (para áreas externas/lote rural), atrasos na liberação de áreas pela escola ou motivos de força maior, devidamente registrados.

7.5.6. A forma de estabelecer o prazo de execução foi com base na natureza do **piso granilite**, que exige etapas rigorosas de cura química e polimento sequencial. Diferente de pisos cerâmicos de encaixe, o granilite é moldado *in loco*, e seu

rendimento é condicionado ao tempo de secagem do cimento e à capacidade operativa das máquinas politrizes (estimada em média 30m<sup>2</sup> a 50m<sup>2</sup> de polimento acabado/dia por equipe)."

7.5.7. No caso de áreas externas ou com incidência solar, a Contratada deve prever a cura úmida (molhar o piso nos primeiros dias), o que deverá estar contemplado no prazo estipulado.

7.5.8. Para metragens acima de 700m<sup>2</sup>, a Contratada fica obrigada a manter, no mínimo, duas equipes completas de polimento para cumprir o cronograma.

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## **9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.



9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA**

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES**

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **13. DO CADASTRO RESERVA**

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

## **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

---

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

---

(Representante / Nome / CNPJ)  
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

**ANEXO IV**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026**  
**TERMO DE COMPROMISSO**  
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

**PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,**

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

**DECLARAMOS**, sob as penas da LEI:

**FATO SUPERVENIENTE**

**a)** Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

**ACEITAÇÃO DO EDITAL**

**b)** Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

**FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS**

**c)** Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

**EMPREGABILIDADE DE MENOR**

**d)** Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

**RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**e)** Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

**DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS**

**f)** Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

**EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO**

**d)** Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

**GRAU DE PARENTESCO**

**h)** Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.



#### **AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

#### **ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO**

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

#### **INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES**

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

#### **DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data:        de        de 2026

Assinatura do Representante Legal  
CARIMBO CNPJ



---

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP**

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em,        /        /2026

---

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI  
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

**DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

**Local e data:**        **de**        **de 2026**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
**(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**

**ANEXO VII  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU****MINUTA DE CONTRATO /GP/2026  
Processo Administrativo nº 1-6099/2026**

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARU/RO E A EMPRESA .

De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 04.279.238/0001-59, situada à Rua Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02, na cidade de Jaru, Estado de Rondônia, neste ato representada pelo Secretário (a), **Sr .....** Decreto nº , matrícula nº , residente e domiciliada na cidade de Jaru/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa , CNPJ/MF , situada à Rua , nº , Bairro , na cidade de , Estado de , denominada **CONTRATADA**, representada por **NOME** e função, conforme , em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº /PMJ/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.O presente contrato tem como objeto a **FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE POLIDO (ÁREAS INTERNAS), FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PISO GRANILITE ANTIDERRAPANTE / FULGET (ÁREAS EXTERNAS E RAMPAS) E FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE RODAPÉ HOSPITALAR CURVO EM GRANILITE** para atender Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da Prefeitura Municipal de Jaru/RO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid. Med.	Qtde	Valor Total

1.2.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.O Termo de Referência;
- 1.2.2.O Edital da Licitação;
- 1.2.3.A Proposta do contratado;
- 1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

2.1. O presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, Edital de Pregão Eletrônico nº /PMJ/2025, nos termos da proposta constante no Processo Administrativo nº 1-6099/PMJ/2026, Processo Filhote nº /PMJ/2025 e que não contrariem o interesse público nos casos omissos.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ASSINATURA DO CONTRATO**

3.1. A CONTRATADA, com base no art.90 caput da Lei nº 14.133/23, tem prazo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções administrativas previstas na mesma lei.

3.2. Caso a CONTRATADA dependa da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverá fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

3.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à CONTRATANTE, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da CONTRATADA dentro do prazo estabelecido no item 3.1.

3.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

3.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

##### **4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

4.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação pública, ou para a qualificação, na contratação administrativa direta;

4.1.2. Cumprir, caso obrigado por lei, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social e para aprendiz;

4.1.3. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato administrativo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.4. Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato administrativo;

4.1.5. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratante poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

4.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato administrativo ou autoridade superior (inciso II do art. 137 da Lei nº. 14.133/2021);

4.1.7. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato administrativo, fornecendo os materiais, insumos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.8. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato administrativo os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto;

4.1.9. Reparar, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (ex: trincas excessivas, descolamento de rodapés ou falhas no polimento) dentro do prazo de garantia legal;

4.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.11. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

4.1.12. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato (parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

4.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato administrativo, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.14. Comunicar ao fiscal do contrato administrativo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

4.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

4.1.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato administrativo;

4.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



- 4.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.1.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);
- 4.1.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.1.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.1.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive materiais e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 4.1.26. Fornecer e exigir o uso de **EPIs** (botas, luvas, máscaras contra pó, protetores auriculares) e instalar sinalização de segurança (**EPCs**) para isolar as áreas de obra, especialmente em unidades escolares com presença de alunos;
- 4.1.27. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento pelo Contratante;
- 4.1.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 4.1.29. Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados ao patrimônio público (paredes, portas, vidros) ou a terceiros durante a execução, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus colaboradores.
- 4.1.30. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, materiais e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 4.1.31. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do(a) Contratado(a);
- 4.1.32. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;
- 4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o(a) Contratado(a) relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 4.1.38. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

4.1.40. Obter junto aos órgãos competentes, conforme e quando for o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

4.1.41. Cumprir fielmente o cronograma execução aprovado, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer intercorrência que possa atrasar a entrega das escolas de Jaru e distritos.

4.1.42. Responsabilizar-se pela regularização fina e nivelamento definitivo da base após a remoção dos revestimentos cerâmicos pela Contratante; caberá à Contratada a aplicação de massa de regularização ou lastro necessário para corrigir eventuais imperfeições, depressões ou aclives remanescentes, garantindo que a superfície esteja perfeitamente plana e técnica para a execução do granilite, sem ônus adicional à Administração;

4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, mesmo que estes só se manifestem após a entrega pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

4.1.44. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.45. Aplica-se o presente item às contratações cujo objeto envolva atividades com crianças e adolescentes, bem como às hipóteses em que empregados, prepostos, terceirizados ou demais colaboradores da futura contratada tenham acesso habitual, direto ou indireto, a unidades, ambientes, programas, ações ou serviços destinados ao público infantojuvenil.

4.1.46. A CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente e para o início da execução, apresentar as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores que serão alocados na execução do objeto, mantendo-as atualizadas durante toda a vigência contratual, com renovação mínima a cada 06 (seis) meses, nos termos do art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.1.47. Compete ainda à CONTRATADA manter, ainda, cadastro atualizado dos profissionais vinculados à execução contratual, com identificação do nome, função, vínculo com a empresa, local de atuação e datas de apresentação e atualização das certidões.

4.1.48. Sempre que houver substituição, inclusão ou remanejamento de colaboradores para atuação no objeto contratual, a contratada deverá apresentar previamente a respectiva documentação do novo profissional, observadas as mesmas exigências deste item.

4.1.49. A obrigação prevista neste tópico alcança também eventuais subcontratadas, terceirizadas, parceiras operacionais ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que disponibilizem mão de obra para execução do objeto.

4.1.50. A CONTRATADA deverá franquear à Administração, sempre que solicitada, o acesso à documentação comprobatória necessária à fiscalização do cumprimento desta obrigação, observado o dever de tratamento adequado das informações pessoais e a finalidade exclusiva de controle contratual e proteção do público atendido.

4.1.51. O descumprimento desta obrigação poderá ensejar, conforme a gravidade do caso e observados o contraditório e a ampla defesa, impedimento do início da execução, determinação de substituição do colaborador irregular, aplicação das penalidades contratuais cabíveis, inclusive advertência, multa, rescisão contratual e demais consequências previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

4.1.52. A presente exigência decorre da necessidade de atendimento ao art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente e à Notificação Recomendatória Conjunta Circular nº 01/2026/MPC/MPE, considerando que a execução do objeto envolve contato direto ou indireto com crianças e adolescentes.

4.1.53. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

4.1.54. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.55. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles;

4.1.56. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.57. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.57.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

4.1.58. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.59. Permitir o livre acesso da CONTRATANTE a qualquer momento, durante a execução do objeto deste contrato;

4.1.60. Em caso de extravio do bem antes de sua recepção pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas;

4.1.61. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa CONTRATADA será responsável pelo pagamento de fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;

#### **4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

4.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR;

4.2.3. Realizar a remoção integral dos revestimentos cerâmicos existentes no local da instalação, garantindo a entrega da base (piso) devidamente limpa, isenta de resíduos de argamassa e o mais nivelada possível para a aplicação do granilite e realizar o descarte definitivo de todos os resíduos (entulhos) gerados nessa etapa, entregando a área livre e desembaraçada para o início dos serviços da Contratada;

4.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

4.2.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato administrativo;

4.2.7. Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato administrativo;

4.2.8. Cientificar seu órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

4.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato administrativo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

4.2.10. Concluída a instrução do requerimento, o Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

4.2.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

4.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.2.14.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

4.2.14.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

## **5. CLÁUSULA QUINTA- DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

### **5.1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

5.1.1. A Contratada deverá apresentar um cronograma de execução detalhado, elaborado especificamente para cada unidade escolar solicitada, observando as seguintes condições:

**a) Individualização dos Prazos:** Os prazos de execução serão definidos de forma individualizada por local/unidade, variando entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés) e das condições logísticas da escola.

**b) Momento da Apresentação:** O cronograma deve ser obrigatoriamente apresentado após a aprovação do orçamento prévio e antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), servindo como documento técnico indispensável para a formalização e determinação dos prazos de execução e vigência de cada etapa.

**c) Segurança e Isolamento:** Caso a execução ocorra simultaneamente às aulas, a Contratada deverá prever no cronograma o isolamento total das áreas de trabalho (com tapumes, cerquites ou sinalização apropriada), garantindo rotas de fuga desimpedidas e acesso seguro de alunos e servidores às salas de aula e sanitários.

**d) Planejamento de Impacto:** O planejamento deve adequar as etapas ruidosas (como o polimento mecanizado) e as etapas que geram poeira ou odores fortes de resina aos horários de funcionamento da unidade escolar, visando não prejudicar o ano letivo e garantir a integridade física da comunidade escolar.

**e) Aprovação e Alterações:** O cronograma será submetido à aprovação da Fiscalização e da Direção Escolar. Qualquer alteração no fluxo de trabalho que impacte o prazo final de entrega deverá ser comunicada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** para análise e nova pactuação.

5.1.2. Para que o cronograma seja flexível e atenda tanto a áreas pequenas quanto a grandes reformas, o ideal é trabalhar com **percentuais (%) de tempo** em vez de dias fixos. Assim, você mantém - se a lógica técnica independentemente da metragem.

5.1.3. Abaixo, apresento um modelo de cronograma aplicável para qualquer prazo entre **30 e 90 dias (somente sugestão)**:

**a) Gargalo do Polimento:** Em metragens maiores, a etapa **4.0** é a que mais consome tempo, pois as máquinas possuem um rendimento diário fixo de m². Para prazos próximos a **90 dias**, a Contratada deve utilizar mais de uma equipe/equipamento simultaneamente.

**b) Sequenciamento:** O cronograma deve ser executado de forma escalonada. Enquanto uma sala está em "Cura" (Etapa 3), o corredor já pode estar em "Preparação" (Etapa 2), otimizando o prazo total.

### **5.2. MOBILIZAÇÃO RURAL E DISTRITOS**

5.2.1. A contratada deverá prever autonomia de transporte, alojamento e alimentação para suas equipes, bem como o fornecimento de água e energia caso a unidade escolar possua restrições técnicas momentâneas, independente do lote a ser executado.

### **5.3. DOS ENDEREÇOS PARA ENTREGA E INSTALAÇÃO**

#### **a) ZONA URBANA LOTE 01**

ESCOLAS	ENDEREÇOS
Aldemir Lima Cantanhede	Rua Mamoré, 1502, Setor 01-A, Jaru-RO;
Abrão Rocha	Rua Marechal Rondon, 2258, Setor 04, Jaru/RO.
Beatriz Mireya	Rua Osvaldo Cruz, 2675, setor 04, Jaru-RO
Jean Carlos Muniz	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;
Maria De Lourdes E Silva	Rua Raimundo Barreto, 863, Setor 07, Jaru-RO;
Menézio De Victor	Rua Jean C. Muniz, 4029, Jardim dos Estados
Elza Maria Fabris	Rua Aírton Sena, s/nº, Jardim dos Estados
E.m.e.i. Maria Gomes Da Costa Gonçalves	Rua Margarete Fátima Costa, 1254. Setor 08, Jaru/RO
Pato Donald	Avenida Rio Branco, 1253, setor 02, Jaru/RO

Zenir De Carvalho	Rua Goiás, 840, Setor 07, Jaru-RO;
Tânia Barreto	Rio Grande do Norte, nº 2552 Setor 01, Jaru/RO
Gabriel Balmante Neves	Rua Onofre de Oliveira, Setor 06, Jaru/RO
Maria Do Socorro Lopes Soares	Rua: Sergipe, Quadra 10 Lote 04 Bloco C, Setor 02, Jaru/RO
Primavera	Residencial Primavera, localizada na BR 364, linha que passa ao lado do Auto Posto Marques, setor 8, Jaru/RO.
Secretaria Municipal De Educação	Av Padre Adolpho Rolh, nº 976, setor 02, Jaru/RO
CEMATE	Avenida Brasil, 2633. Setor 05, Jaru-RO;

**b)ZONA RURAL LOTE 02**

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
Marechal Cordeiro De Farias	BR 364, KM 438,Linha 619, KM 01, Jaru/RO	14 km (18 minutos)
Juscelino Kubitschek	Linha 617, Gleba 59, Lote 16, KM 12,5 - Jaru/RO	30,4 km (45 minutos)
Escola Bom Jesus	Estrada Linha 610, Km 30, no distrito de Bom Jesus, em Jaru - RO.	34,8 km (do centro de Jaru) (40 minutos)

**c)TARILANDIA/JARU UARU LOTE 03**

Relação de escolas que pertence aos distritos e zona rural e a distancia entre as unidades e a zona urbana do município de Jaru/RO		
ESCOLAS	ENDEREÇOS	Distancia
D'uaru	Linha 627, KM 85, Distrito de Jaru - Uaru	104 km (1h e 45 minutos)
José De Sousa E Silva	Rua Luzia Lopes, 2699, Tarilandia Centro, Jaru -RO (Linha 630, KM 72)	71,8 km (1h e 4 minutos)

**5.4. PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.4.1.Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) específica para cada unidade escolar, a Contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para iniciar os serviços.

5.4.2.Considerando a necessidade de deslocamento de equipes e equipamentos pesados, o prazo de execução contratual terá seu termo inicial fixado no 5º (quinto) dia útil posterior ao envio da Ordem de Serviço. Este intervalo de 05 (cinco) dias úteis configura prazo de mobilização, não sendo imputado à contratada qualquer responsabilidade por atraso na execução durante este período. A finalidade é assegurar que a empresa disponha de tempo hábil para organizar o canteiro e receber materiais sem que isso comprometa o prazo estipulado para a conclusão da obra, garantindo, assim, a qualidade e a tempestividade do serviço final.

5.4.3.O prazo de execução será definido individualmente para cada Unidade Escolar (ou grupo de unidades), de acordo com o **CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO** após a vistoria técnica prévia mencionada no item 6.1.

5.4.4.O prazo de execução poderá variar entre **30 (trinta) e 90 (noventa) dias corridos**, a depender da metragem quadrada solicitada, da complexidade técnica (ex: rampas e rodapés curvos) e das condições climáticas ou pedagógicas do local.

5.4.5.O prazo de execução poderá ser suspenso por determinação da Fiscalização em caso de chuvas intensas (para áreas externas/lote rural), atrasos na liberação de áreas pela escola ou motivos de força maior, devidamente registrados.

5.4.6.A forma de estabelecer o prazo de execução foi com base na natureza do **piso granilite**, que exige etapas rigorosas de cura química e polimento sequencial. Diferente de pisos cerâmicos de encaixe, o granilite é moldado *in loco*, e seu rendimento é condicionado ao tempo de secagem do cimento e à capacidade operativa das máquinas politrizes (estimada em média 30m² a 50m² de polimento acabado/dia por equipe)."

5.4.7.No caso de áreas externas ou com incidência solar, a Contratada deve prever a cura úmida (molhar o piso nos primeiros dias), o que deverá estar contemplado no prazo estipulado.

5.4.8.Para metragens acima de 700m², a Contratada fica obrigada a manter, no mínimo, duas equipes completas de polimento para cumprir o cronograma.



**5.5.TABELA DE REFERÊNCIA: PRAZO DE EXECUÇÃO X METRAGE****5.5.1. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA (CONFORME RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307/2002)**

**5.5.2.Classificação e Segregação:** A Contratada é a única responsável pela segregação e acondicionamento dos resíduos gerados (sobras de massa, embalagens de cimento, recortes de filetes de PVC e lama resultante do polimento mecanizado).

**5.5.3.Coleta da "Lama de Polimento":** Durante o processo de polimento mecanizado do granilite, a Contratada deverá utilizar métodos que minimizem a dispersão de pó e lama. A água servida com resíduos minerais (pasta de cimento) jamais deverá ser descartada diretamente na rede de esgoto pluvial ou sanitário da escola, devendo ser recolhida e tratada ou descartada em local apropriado para evitar entupimentos.

**5.5.4.Remoção de Entulhos:** Todo o entulho gerado deverá ser removido da unidade escolar em até **48 (quarenta e oito) horas** após a sua geração, sendo proibido o acúmulo em pátios, quadras ou áreas de circulação de alunos.

**5.5.5.Destinação Final:** O transporte e a destinação final dos resíduos deverão ocorrer em PEV/Central de triagem/aterro, local previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jaru/RO.

**5.5.6.Comprovação:** A Contratada deverá manter à disposição da fiscalização os comprovantes de descarte (MTR - Manifesto de Transporte de Resíduos ou equivalente) sempre que solicitado, sob pena de retenção da medição.

**5.5.7.Limpeza Pós-Obra:** A entrega definitiva do serviço em cada escola só será aceita após a limpeza fina da área executada, com a remoção total de respingos de resina, pó de polimento ou restos de cimento de paredes e esquadrias.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de um ou mais fiscais do contrato, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, atendendo o que dispõe o § 1º, § 2º e § 3º da referida lei.

6.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

6.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do fiscal ou do substituto inerentes ao objeto deste contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE.

6.4. A atividade de acompanhamento e fiscalização pela CONTRATANTE não implicará qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação à execução do contrato, inclusive perante terceiros, respondendo, ainda, por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

6.5. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

6.6. A execução do objeto, deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

6.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, diante das informações prestadas pelo fiscal, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREPOSTO**

7.1. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, preposto para representá-la perante o fiscal.

7.2. O representante da CONTRATADA será credenciado em Carta de Preposto que será encaminhada ao gestor/fiscal do Contrato em até 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, com indicação da qualidade e qualificação pessoal e profissional.

7.3. O setor ou o gestor/fiscal podem, motivadamente, recusar o preposto ou em aceitando, podem a qualquer tempo requerer a substituição, apresentando as razões de fato ao chefe imediato que expedirá notificação à CONTRATADA.

7.4. Compete ao preposto facilitar ao fiscal o acesso a informações, materiais, metodologias e documentos relacionados à execução contratual. Também é encargo fundamental a resolução em prazo razoável, dos incidentes apontados pelos serviços de fiscalização.

7.5. As comunicações entre o fiscal e o preposto podem ser realizadas também por meio eletrônico.

## **8. CLÁUSULA OITÁVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR, LIQUIDAÇÃO DA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1. O valor do presente contrato será o determinado no processo filhote, conforme solicitação de compra e pedido de empenho, de acordo com a demanda do órgão gestor responsável.

### **9.2. DA LIQUIDAÇÃO**

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.5.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **9.3.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.3.1. O pagamento será através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

9.3.2. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

9.3.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

9.3.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

9.3.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

9.3.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

9.3.7. Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

9.3.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

9.3.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9.3.10.A Nota Fiscal deverá ser emitida com a descrição do nome da unidade gestora e número de CNPJ constante na Nota de Empenho.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

10.1. As despesas correrão conforme as dotações orçamentárias a serem indicadas nos respectivos processos filhotes.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

11.1. O presente contrato, em hipótese alguma, poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência no todo ou em parte.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

- 12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (vinte por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

13.10 presente contrato terá sua vigência adstrito ao crédito orçamentário, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

13.2. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do contrato ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

13.3. As eventuais prorrogações deverão ser instrumentalizadas e coordenadas pela Assessoria Técnica de Contratos da Prefeitura de Jaru/RO, incluindo o controle dos prazos, conforme dispõe o art. 11, inciso A da lei nº 3.403, de 19 de dezembro de 2022.

13.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

14.1. A inexecução total ou parcial, pela CONTRATADA, das obrigações estabelecidas no presente contrato enseja a sua rescisão, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de promover contratações para a entrega dos materiais sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

14.2. Além de sua inexecução total ou parcial, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- a) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, inclusive o atraso em relação aos prazos estabelecidos;
- b) O atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto deste contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- c) A decretação de falência da empresa ou a instauração de insolvência civil;
- d) A dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios da CONTRATADA;
- e) Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATADA;
- f) Ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução deste contrato, regularmente comprovada nos autos.



14.3. A rescisão do presente contrato também poderá ocorrer conforme o art.138 da lei 14.133/21 nos seguintes casos:  
a) Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

14.7. Os motivos e a disciplina de rescisão especificada nesta cláusula não afastam a incidência dos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/21, que serão aplicáveis em sua inteireza ao presente contrato.

14.8. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

15.1. Só será concedido o reajuste depois de transcorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses.

I - A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;

II - Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido;

III - São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que na apuração de índices de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior à anual.

15.2. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

15.3. A formalização da solicitação de reajuste deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Certidões atualizadas de regularidade do FGTS e perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.4. Na análise do pedido de reajuste devem ser consideradas e mantidas todas as condições referentes às majorações e/ou descontos ofertados em processos de reequilíbrio, já concedido.

15.5. Na ocasião da análise do pedido de reajuste, a Administração Pública deve reavaliar os custos previstos na planilha contratada, de modo a contemplar as variações específicas do objeto tais como: amortização, depreciação e exaustão.

I - A análise do reajuste deve ser feita considerando as hipóteses em que haja deságio em razão da amortização de despesas não renováveis ou pela depreciação do objeto do contrato, a exemplo de locação de veículos e equipamentos.

II - Nas hipóteses de amortização/depreciação referenciadas no inciso anterior devem ser elaboradas planilhas comparativas de preços contendo o valor do bem já utilizado e o valor de um novo, a partir de pesquisa de mercado com vistas a obter o preço justo a ser adimplido pelo município.

15.6. Na análise do reajuste de preços, deve atentar-se especialmente para as seguintes situações no cumprimento do objeto contratual:

I - Quando houver antecipação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente na data em que for concluído o objeto;

II - Quando houver prorrogação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente no mês previsto inicialmente para cumprimento do objeto;

III - Quando houver atraso no cumprimento do objeto por culpa da contratada:

a) Prevalece o índice vigente na data inicialmente prevista na hipótese de aumento do mesmo; e

b) Prevalece o índice vigente na data do efetivo cumprimento do objeto na hipótese de diminuição do mesmo;

IV - Quando houver atraso por culpa da contratante, aplica-se o índice vigente na data em que for realizado o objeto.

15.7. Na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável consiste em:

- I - Firmar o contrato com os valores originais da proposta; e
- II - Celebrar o primeiro termo de apostilamento, antes do início da execução contratual, reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital.

15.8. Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus deverão ser expressamente requeridos antes do fim da vigência contratual ou da prorrogação do prazo de vigência contratual, sob pena de preclusão.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

16.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que devidamente justificado e comprovado.

### **16.2. DA REVISÃO**

16.2.1. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

16.2.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

16.2.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:  
I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a) relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;
- b) cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;
- c) comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço ou obra já foi executado;
- d) o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";
- e) as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

16.2.4. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

16.2.5. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

16.2.6. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

16.2.7. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1.O objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

17.2.Os marcos contratuais ficarão definidos de acordo com o cronograma de execução que poderá ser de 30, 60 e até 90 dias após a expedição da Ordem de Serviço, sendo estes os prazos nos quais poderão ser apresentadas medições para pagamento de percentuais já executados. O recebimento provisório ocorrerá nos marcos supracitados, após confirmação do serviço executado, conforme disposto no artigo 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.3.A fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, o piso que apresentar descolamento ("som cavo"), fissuras estruturais por falta de juntas, ou rodapés que não apresentem a curvatura hospitalar exigida, devendo a Contratada refazer o serviço às suas expensas.

17.4.O Recebimento Definitivo ocorrerá em até **15 (quinze) dias corridos** após o recebimento provisório, desde que sanadas todas as eventuais pendências (trincas, falhas de polimento ou limpeza pós-obra).

17.5.O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

17.6.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.7.O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

## **18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

18.1.O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

## **19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO**

19.1. Fica o presente contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº /PMJ/2025 e a proposta de preços constante no Processo nº 1- /PMJ/2025 e suas partes integrantes, em conformidade com o art. 92, inciso II da Lei nº 14.133/21.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS**

20.1. Os casos omissos, porventura existentes, serão comunicados ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos, e que não contrariem o interesse público.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

21.1. As partes elegem o Foro do Município de Jaru (RO), como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outra, por mais que privilegiado que seja.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

22.1. O extrato deste contrato será divulgado em até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura exclusivamente no Diário Oficial do Município de Jaru, acessível em: <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas artes e pelas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município de Jaru/RO.

Jaru (RO), de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU

CONTRATADA